

PESQUISAS E DEBATES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

POLÍTICA, PLANEJAMENTO E ECONOMIA

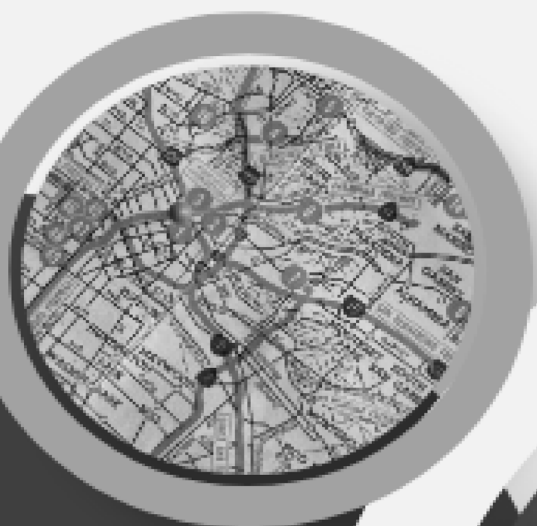
Márcio Balbino Cavalcante
Ivanio Folmer
Vanessa Manfio
Edimar Rodrigo Rossetto
Organizadores



PESQUISAS E DEBATES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

POLÍTICA, PLANEJAMENTO E ECONOMIA

Márcio Balbino Cavalcante
Ivanio Folmer
Vanessa Manfio
Edimar Rodrigo Rossetto
Organizadores



Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Tábata Alves da Silva

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa

www.canva.com

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pesquisas e debates em desenvolvimento regional
política, planejamento e economia [livro
eletrônico] / organizadores Márcio Balbino
Cavalcante...[et al.]. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2023.
PDF

Vários autores.
Outros organizadores: Ivanio Folmer, Vanessa
Manfio, Edimar Rodrigo Rossetto.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-177-9

1. Desenvolvimento econômico 2. Desenvolvimento
regional 3. Economia regional 4. Políticas públicas
I. Cavalcante, Márcio Balbino. II. Folmer, Ivanio.
III. Manfio, Vanessa. IV. Rossetto, Edimar Rodrigo.

23-182749

CDD-338.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento regional : Economia 338.9

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

 **10.48209/978-65-5417-177-9**

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



ARCO EDITORES
Telefone: 5599723-4952
contato@arcoeditores.com
www.arcoeditores.com

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - CONTRIBUIÇÃO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA/ RS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURÍSTICO.....	7
---	----------

Thaís Gomes Torres

Bianca da Silva Trindade

doi: 10.48209/978-65-5417-177-1

CAPÍTULO 2 - MOBILIDADE PENDULAR E PERFIL DO TRABALHADOR PENDULAR NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO INTERIOR CEARENSE.....	19
---	-----------

Aline Alves de Oliveira

doi: 10.48209/978-65-5417-177-2

CAPÍTULO 3 - A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA/RS: UM OLHAR A PARTIR DO ICMS ECOLÓGICO.....	50
--	-----------

Vonia Engel

Gabriel Militz

doi: 10.48209/978-65-5417-177-3

**CAPÍTULO 4 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A REGIÃO
IMPORTA?.....62**

Virginia Elisabeta Etges

doi: 10.48209/978-65-5417-177-4

SOBRE OS ORGANIZADORES.....76

SOBRE OS AUTORES.....80

CAPÍTULO 1

CONTRIBUIÇÃO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA/ RS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURÍSTICO

Thaís Gomes Torres

Bianca da Silva Trindade

Doi: 10.48209/978-65-5417-177-1

Introdução

Nos últimos anos presenciamos um forte crescimento da atividade turística no Brasil e no mundo. O turismo tem se destacado como uma das atividades do terceiro setor que mais gera impactos econômicos e sociais em um país. Em 2020, em decorrência da Covid-19, o setor do turismo sofreu um grande impacto negativo. O fechamento das fronteiras, aeroportos, estabelecimentos comerciais e o isolamento social fez com que milhares de pessoas cancelassem suas viagens e pôs em risco a sobrevivência do setor que muito contribui para o desenvolvimento do país. Diante desse cenário imposto por uma crise sanitária mundial, novas estratégias de retorno da atividade turística foram pensadas e aliado a isso o projeto do Geoparque Quarta Colônia, que na época da pandemia era aspirante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ganhou força para contribuir com o desenvolvimento regional e turístico.

A Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO, certificado em 2023 está localizado na região centro do Rio Grande do Sul, Brasil, é formado por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. O Geoparque segue uma proposta importante de contribuir para o desenvolvimento regional e turístico da Região da Quarta Colônia. Nesse sentido, novas estratégias de desenvolvimento foram colocadas em prática, para englobar não apenas o viés econômico, mas também a dimensão social e a preocupação ecológica (SACHS, 2002).

O geoparque é uma iniciativa do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS Quarta Colônia) e teve como apoiador a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que contribuiu com a parte técnico científica. A articulação das duas instituições serviu para aproximar os setores público, privado, academia e comunidade local. Também foi importante nas ações de implantação de programas como o Progredir, uma ação de qualificação em cultura, educação e turismo que atendeu mais de 2 mil pessoas da comunidade com cursos em diversas áreas de formação.

Aqui neste artigo temos como objetivo geral destacar a importância do CONDESUS nas ações do Geoparque Quarta Colônia para o desenvolvimento regional e turístico da região da Quarta Colônia. Dentre os objetivos específicos, estão: identificar as ações do CONDESUS no geoparque e verificar a articulação do CONDESUS com os municípios que integram o consórcio. Metodologicamente o estudo contou com procedimentos de coleta e análise de dados de caráter qualitativo, tais como a revisão bibliográfica e a análise de documentos referentes as informações que incidiram sobre a formulação e implementação do Geoparque Quarta Colônia. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com dois representantes do CONDESUS. Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica “questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”.

Desenvolvimento Regional e Turístico na Quarta Colônia

O turismo há muitos anos vêm sendo considerado um setor capaz de contribuir fortemente para o desenvolvimento não apenas econômico, mas social e sustentável de um território. Muitos países, incluindo o Brasil, investem em novas práticas de turismo para alavancar o desenvolvimento de suas regiões. Há anos, a região da Quarta Colônia juntamente de seus agentes promotores do turismo vem articulando novas estratégias para o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional compreende um esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões que tornem a região sujeito de seu processo de desenvolvimento. As ações do consórcio de desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) refletem regionalmente na medida em que são produzidas políticas de desenvolvimento dotadas às suas vocações locais, dedicando seus esforços em prol da representação da identidade local/regional (BOLF, SPOLAOR, 2010). A Quarta Colônia por muito tempo teve sua representação da identidade pautada na história dos imigrantes que chegaram na região no século XIX e tinham os laços afetivos fortalecidos pelo passado histórico, pela base cultural, pelas comemorações religiosas e festivas em um mesmo espaço territorial (CRUZ, 2020).

Etges (2001) afirma que para fomentar o desenvolvimento regional é necessário estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. Para isso é preciso criar formas de representação da vontade da maioria, delineada a partir da legítima participação de todos, afim de permitir que uma nova forma de gestão regional possa atuar.

É devido ao objetivo de proporcionar uma alternativa de melhor qualidade de vida que a construção de um projeto político de desenvolvimento regional pressupõe o conhecimento aprofundado da região em questão, visando iden-

tificar suas potencialidades, construir instrumentos de coesão social e, principalmente, respeito à diversidade cultural e espacial (ETGES, 2010; ETGES, DEGRANDI, 2013).

Dentro dessa ótica, o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo de superação de problemas e conquista técnica tecnológica, cultural, político institucionais e espaço-territoriais, constituintes das relações sociais e, também, do espaço natural e social. Associa-se também com a ideia de aceleração de crescimento de áreas reprimidas, e de articulação a escalas territoriais maiores (ETGES, 2001).

O processo de desenvolvimento se constitui a partir das potencialidades e estratégias de descentralização econômica existentes no território e para além dele. Na medida em que se percebe o território como um espaço socialmente construído, a sua configuração ao longo do processo histórico torna-se um elemento chave para a compreensão dos processos que nele ocorrem no presente. Conforme Etges (2001), o desenvolvimento analisado a partir de uma região ou localidade demonstra que, na medida em que a sociedade vai se apropriando de determinado território, vai imprimindo nele as suas marcas. Quanto mais desenvolvida ela for no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, maior será seu potencial em moldar o território para atender às suas necessidades e interesses.

Segundo Siedenberg (2004), o desenvolvimento regional é visto pelos mais diferentes agentes da sociedade como um processo de mudanças multifacetado relativo a aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais que ocorrem em determinado espaço e tempo. Tendo isso em vista, o desenvolvimento de uma região ou localidade normalmente poderá ser percebido como decorrência do desenvolvimento econômico e social, que está centrado no aumento da produção e geração de empregos e renda, melhoria dos indicadores sociais e melhor distribuição de renda entre a população.

Corroborando com essa ideia, Dias (2012, p. 34) afirma que as novas prá-

ticas de desenvolvimento regional respondem às “[...] necessidades de adaptação sócio institucional e política na esfera da regulamentação.” Ainda segundo o autor, essas mudanças não ocorrem somente no âmbito econômico, com o processo de reestruturação produtiva, mas também acontecem no âmbito político, em que são necessárias adaptações sócio institucionais e reformas políticas, implicando na modernização do Estado, assim como o estímulo da participação cidadã e o fomento das atitudes inovadoras e criativas na sociedade local.

Ancorado nas afirmações, anteriormente expostas, o processo de desenvolvimento se constituirá a partir do desenvolvimento endógeno, que parte da valorização das potencialidades da região e dos recursos gerais de seus habitantes. É um processo de desenvolvimento gerado com organização, participação e mobilização da comunidade, a partir de um trabalho de construção coletiva de estratégias locais para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida.

O desenvolvimento pode ser a busca conveniente dos meios existentes no espaço para o sucesso das propostas relativas às atividades turísticas. O desenvolvimento adequado deve preservar as características naturais, de manifestação cultural e outros elementos constituintes do produto turístico local. Esta ação pode gerar uma imagem diferenciada, denominada como identidade local (BENI, 2006).

O Papel do Condesus no geoparque Quarta Colônia

O Condesus Quarta Colônia se configura como uma entidade pública, mantido, de forma paritária, com recursos dos municípios membros e tem o papel de integrar e aproximar as relações intermunicipais. O Condesus serve de instrumento que almeja estabelecer uma organização para decidir e conduzir o desenvolvimento turístico de uma região, como a Quarta Colônia. Tendo isso em vista, o CONDESUS compreende desenvolvimento regional como uma:

[...] ação transformadora, [que] deve ter em conta os limites e as potencialidades do seu patrimônio natural, reconhecer e valorizar as culturas locais para, só então, projetar, de forma associada, programas que tenham

como objeto (a curto, a médio e a longo prazo) a conservação dos recursos naturais, a preservação das culturas locais e a transformação social e econômica com qualidade de vida e justiça social (CONDESUS, Estatuto, 2010, p. 12).

Desse modo, o consórcio foi importante na participação para a certificação do Geoparque Quarta Colônia pela UNESCO. Com a certificação do geoparque, a região turística da Quarta Colônia ganha maior visibilidade em termos mundiais e a atividade turística pode ser considerada importante para o desenvolvimento regional com geração de mais emprego e renda para população. Os consórcios intermunicipais são meios de integração e fortalecimento dos governos locais de colaboração recíproca entre os municípios (TRINDADE E TIRELI, 2020).

A partir da integração e participação dos municípios, foi possível adotar estratégias para promoção e desenvolvimento regional através da atividade turística. As estratégias do consórcio vão ao encontro das políticas de regionalização para o turismo, ou seja que não recebe o turista em seu território, pode obter benefícios, caso o município desempenhe um papel de provedor ou fornecedor de mão-de-obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado expande os ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Pela sua complexidade, o turismo irá reunir sempre a participação dos setores público e privado, os quais deverão mobilizar-se em prol do conhecimento econômico, social, ambiental e turístico da região e, preferencialmente ter uma relação de proximidade com a comunidade local, assegurando a participação de todos nas ações de qualificação profissional.

Cabe destacar o trabalho conjunto entre as administrações municipais, através do CONDESUS e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), após a descoberta de fósseis, que remetem à origem dos dinossauros, aliada ao patrimônio cultural e natural existente na Quarta Colônia que resultou a certifi-

cação como Geoparque Mundial, selo concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2023.

O Consórcio teve papel fundamental para certificação do Geoparque Quarta Colônia, comprovando sua capacidade de articulação entre os municípios, universidade e comunidade, atuando no planejamento e na execução de ações para o desenvolvimento sustentável da região. Dentre as inúmeras ações destacamos o curso Progredir, ofertado para comunidade local da Quarta Colônia, inscrita no cadastro único. O Progredir teve como objetivo ofertar cursos de qualificação e profissionalização em diversas áreas como artesanato, gastronomia, cultura, entre outros. O incentivo por parte dos gestores municipais deu-se através da disponibilização de transporte para que as cursistas e as produtoras da agroindústria pudessem comercializar seus produtos na Polifeira da UFSM quinzenalmente, promovendo a divulgação dos municípios através dos produtos fabricados a partir dos cursos do Progredir.

Nesse sentido os gestores entendem a importância do geoparque para o desenvolvimento regional e turístico da Quarta Colônia, e também colaboram para que a comunidade esteja integrada nas ações e tenha papel ativo nesse processo.

Resultados e Discussão

As discussões sobre o desenvolvimento regional se fortaleceram com a certificação do Geoparque Quarta Colônia pela Unesco em 2023. De fato, o geoparque contribui positivamente para o desenvolvimento sustentável da região coletivamente, pois a partir daí os municípios começaram a unir-se em prol de ações para qualificação profissional e planejamento do território da Quarta Colônia.

Os geoparques são estratégias de desenvolvimento sustentável, de preservação natural de áreas com alto valor geológico e com enorme potencial para o turismo. Embora o turismo na região seja motivado mais pela questão da gas-

tronomia e dos eventos religiosos, os agentes públicos, privados e comunidade acreditam que o geoparque possa se tornar um novo destino turístico frente a novas mudanças tanto do território quanto das pessoas que buscam por essa modalidade de turismo.

O Condesus tem sido há anos um importante meio de ação e participação dos nove municípios da Quarta Colônia. Ceretta *et al* (2020) pontua que inicialmente as estratégias eram pensadas para dar uma identidade ao território e logo pensar atividades que valorizassem os recursos específicos e impulsionassem o turismo na região. Com intuito de sanar os objetivos propostos nesse artigo elaboramos duas perguntas para os que os prefeitos respondessem livremente. A primeira pergunta foi: **Como você percebe o desenvolvimento regional da Quarta Colônia a partir da consolidação do território como um geoparque mundial da Unesco?** E a outra pergunta: **Quais são as estratégias futuras da região da Quarta Colônia para a manutenção do selo de geoparque mundial?**

Para o prefeito de São João do Polêsine, Matione Sonego o geoparque é muito importante por vários motivos. Ele destacou que a comunidade local se fortaleceu para empreender e que o poder público não mediu esforços para fornecer cursos de aperfeiçoamento e qualificação dos serviços. Segundo Matione (2023) “o reconhecimento do selo abre várias oportunidades e da mais visibilidade para região já que a mídia está divulgando em redes mundiais o geoparque”. Já o atual prefeito de Faxinal do Soturno, Clóvis Alberto Montagner destacou que a consolidação do geoparque é de suma importância para a integração e cooperação entre os municípios. Clóvis destacou “com o reconhecimento da região, a Quarta Colônia busca se desenvolver a partir da sua gente e do seu empresariado” A Quarta Colônia está sendo falada na mídia e desperta interesse do turista em conhecer a região e levar consigo algo que é típico da região e isso é muito importante para o desenvolvimento regional pontuou Clóvis. Nesse sentido que se observa a importância que o turismo pode ter para o

desenvolvimento de uma localidade: o turismo é um criador de demanda externa, um atraidor de pessoas (ABLAS, 1991).

A região da Quarta Colônia, com sua paisagem rodeada por morros, lugares que conservam a natureza singular somada a riqueza dos fósseis encontrados apresenta um potencial para o desenvolvimento de um tipo de turismo que deve valorizar mais que o patrimônio geológico do lugar, que valorize a história, a cultura e o meio ambiente.

Em relação à segunda questão Matione destacou que futuramente adotarão estratégias para a manutenção do selo a longo prazo como: melhorias das estradas, investimento na sinalização turística, mais qualificação para comunidade local, investir em networking com outros geoparques e divulgar nas redes e nas mídias os produtos locais da Quarta Colônia.

O geoparque Quarta Colônia possui como objetivo proporcionar novas alternativas para a economia da região, de maneira sustentável, através da conservação do patrimônio natural e cultural, da educação ambiental, do turismo local e do incentivo à geração de renda e ao empreendedorismo.

A beleza natural das paisagens, os fósseis encontrados na região atestam as mudanças ambientais do planeta nos últimos 250 milhões de anos e a diversidade cultural formam um conjunto de características únicas no território. Manosso (2010, p.04) diz que:

Além das expressões físicas da paisagem, como rochas, relevo, clima, vegetação, solos, dentre outros que podem possuir características exóticas, bonitas, ou não, nessa mesma paisagem é possível encontrar feições socio-culturais, como cultura, costumes, valores, gastronomia, etc, que podem estar diretamente associada à geodiversidade local. Somam-se a essa mesma paisagem as feições econômicas que esta pode refletir, ou até mesmo as relações que existem entre os sujeitos sociais e a paisagem como um recurso econômico e não meramente estético.

Para Ablas (1991) o desenvolvimento deve abranger mais que a relação produto/habitante, cada vez mais as relações sociais, cultura, habitat humano, realização individual e o meio ambiente devem ser considerados.

Vale salientar que o desenvolvimento não abrange apenas a esfera econômica, mas atinge também o social e o ambiental da mesma maneira. No território da Quarta Colônia, o turismo tem sido fortalecido com a certificação do geoparque e retomado seu processo de crescimento através de ações conjuntas entre os setores público, privado, universidade e atores locais.

Conclusão

Esse artigo teve como objetivo mostrar como o Geoparque Quarta Colônia, recentemente certificado geoparque mundial pela Unesco, tem contribuído para o desenvolvimento regional e para o turismo da região. Foi possível analisar o papel do Condesus através de dois importantes representantes públicos que nos falaram sobre as ações dos municípios para o fortalecimento turístico da região, assim como também o apoio aos empreendedores locais e comunidade para qualificação profissional.

Cabe ressaltar a importância da região possuir um geoparque mundial, o qual já está contribuindo para o desenvolvimento sustentável e econômico da região, assim como é uma estratégia de valorização do patrimônio natural, cultural e incentivo ao turismo.

A pesquisa se mostrou satisfatória já que o turismo por muitos anos esteve atrelado a questões religiosas e gastronômicas na Quarta Colônia e agora ganha uma nova representação com o geoparque. Uma das principais características do turismo é a complexidade de atrações que despertem interesse de viagem nas pessoas. Pedrana (2013) destaca a pertinência e relevância do bom relacionamento entre os setores públicos e privado a favor do território. Nesse sentido os representantes do Condesus afirmaram que o consórcio não está medindo esforços para atuar de maneira positiva nas ações para o desenvolvimento turístico da região e na qualificação dos moradores locais.

Nesse contexto, ressaltamos a necessidade dos gestores adotarem políticas públicas em prol do desenvolvimento regional e do turismo, para que

todas ações implementadas na fase que antecedeu a certificação do geoparque tenham continuidade.

Referências

ABLAS, Luiz. **Efeitos do Turismo no Desenvolvimento Regional**. Turismo em Análise. São Paulo, Eca USP, vol. 2, nº 1, maio, 1991, p. 42–52.

BENI, M. C. Política e planejamento de turismo no Brasil. – São Paulo: Aleph, 2006.

BOLF, Sandra Ana; SPOLAOR, Silvana. O espaço urbano e o espaço rural da/na região da Quarta Colônia: significando a pequena cidade. In: BEVILACQUA, Decio; RORATO, G. Z.; COLUSSO, I. (Orgs.). **Quarta Colônia: construção e planejamento municipal e regional**. Santa Maria/RS: Editora UFSM, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

CERETTA, C. C., DOTTO, D. M. R., PONS, M. E. D., & MAYSONNAVE, G. S. (2020). Perspectivas territoriais de desenvolvimento a partir do Turismo Rural: o caso do território Quarta Colônia/RS, Brasil. *Redes*, 25, 2343-2360. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.14544>

CONDESUS. Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia. **Estatuto**, 2010. Disponível em: <http://www.condesusquartacolonia.com.br/>. DIAS, Reinaldo. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

CRUZ, J. A. S. A IDENTIDADE E A MEMÓRIA COMO FATORES DE INTEGRAÇÃO: A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS/BRASIL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1955-2020). Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria- RS. 2020. 240 pg.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau/SC, v.1, n. 1, p. 85-94, out. 2013. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional: uma análise da Meta-de Sul do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, Belém/PA, v. 13, n. 2, p. 169-186, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/478>.

ETGES, Virginia. Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

LEI GERAL DO TURISMO Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.

MANOSSO, F.C. Geodiversidade e geoturismo: o potencial da serra do Cadeado- PR. Caderno Virtual de turismo, 2007.

PEDRANA, M. Local economic development policies and tourism: An approach to sustainability and culture. *Regional Science Inquiry Journal*, v. 1, p. 91-99, 2013.

SACHS, I. CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2002.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar. F. B.; Wittmann, Milton Luiz (Orgs.). **Desenvolvimento regional abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. p. 157-173.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO 2

MOBILIDADE PENDULAR E PERFIL DO TRABALHADOR PENDULAR NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO INTERIOR CEARENSE

Aline Alves de Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-177-2

Resumo: O objetivo principal deste artigo é analisar a mobilidade pendular e a inserção ocupacional dos trabalhadores que realizam o deslocamento pendular por motivo de trabalho nas recém criadas Regiões Metropolitanas do Cariri (2009) e de Sobral (2016) no ano de 2010. Dessa forma, foram utilizados os microdados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) para o cálculo do volume de pessoas que praticam o movimento pendular por motivo trabalho e traçar o perfil de quem pendula. Os resultados encontrados apontam que nas duas regiões metropolitanas a direção do fluxo da mobilidade pendular por motivo trabalho é mais intensa nos núcleos metropolitanos, onde há uma maior concentração das atividades econômicas e para os demais municípios mais distantes do núcleo a intensidade de entradas e saídas reduzem e que há algumas semelhanças no perfil do trabalhador pendular nas Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral.

Palavras- chave: Mercado de Trabalho; Metrôpoles; Pendularidade.

Introdução

Os deslocamentos pendulares são movimentos regulares e diários de pessoas entre o local de sua residência e outros municípios com finalidades específicas, como trabalho e/ou estudo (ARANHA, 2005; MOURA et al, 2005), fazendo parte do cotidiano de um expressivo número de trabalhadores brasileiros. Em 2000, no Brasil, 7,4 milhões de pessoas trabalhavam ou estudavam fora dos municípios de residência, e em 2010 este número chegou a 11 milhões (ARANHA 2005; OJIMA et al, 2015; DELGADO et al, 2016).

As discussões sobre o deslocamento pendular são recentes na literatura nacional, dado que até a década de 1970 os estudos sobre os movimentos populacionais focavam notadamente nas migrações de longa distância e suas consequências para o local de origem e de destino. É nos anos de 1980, período apontado por Baeninger (2000) e Caiado (2005), como ponto de inflexão e um marco na mudança nos movimentos migratórios, que os deslocamentos pendulares ganham espaço nas principais discussões teóricas nacionais, pois o contexto de crise econômica contribuiu para alterar as principais trajetórias dos migrantes internos, e entre essas mudanças destacam-se a intensificação dos movimentos de curta (fluxo intraestadual) e de média distância (fluxo inter-regional), bem como a migração de retorno (BAENINGER, 2000; DOTA, QUEIROZ, 2019).

A mobilidade pendular é um fenômeno metropolitano, 51,7% dos trabalhadores se deslocavam nessas áreas em 2010, por isso, estudos sobre deslocamentos nas metrópoles brasileiras são expressivos (ÂNTICO, 2005; MOURA et al, 2005; JARDIM; ERVATTI, 2007; MIRANDA; DOMINGUES, 2008; JARDIM, 2011; SILVA, 2016; RAMALHO; BRITO, 2016; SIDRIM, 2018; SIDRIM; FUSCO, 2019). Em anos recentes outros estudos exploraram os deslocamentos pendulares em espaços fora do Sudeste, como foi o caso dos estudos

para as regiões metropolitanas localizadas no Sul e Nordeste (SILVA, 2016; RAMALHO; BRITO, 2016; SIDRIM; FUSCO, 2019; SILVEIRA et al, 2020; SILVA, 2020), e mesmo sendo um fenômeno de predomínio nas grandes metrópoles, os deslocamentos pendulares vêm aumentando em espaços não metropolitanos (STAM; STADUTO, 2008; RIGOTTI; CAMPOS 2009; OLIVEIRA; GIVIEZ, 2017; BARROS; OLIVEIRA, 2018; SILVA, 2019), que demonstram a interiorização desses movimentos, e permite definir ou redefinir a extensão de aglomerados urbanos; confirmar ou apontar centralidades; identificar cidades-dormitórios; e vislumbrar novas configurações espaciais (MOURA et al, 2005).

Apesar da diversidade de trabalhos, as discussões sobre a mobilidade pendular versam mais sobre o fluxo/deslocamento (ÂNTICO, 2005; MOURA et al, 2005; JARDIM; ERVATTI, 2007; MIRANDA; DOMINGUES, 2008; JARDIM, 2011; SILVA, 2016; RAMALHO; BRITO, 2016; SIDRIM, 2018; SIDRIM; FUSCO, 2019; STAM; STADUTO, 2008; RIGOTTI; CAMPOS 2009; OLIVEIRA; GIVIEZ, 2017; BARROS; OLIVEIRA, 2018; SILVEIRA et al, 2020), com lacunas sobre o perfil dos trabalhadores que praticam a pendularidade, sobretudo suas características individuais e sua inserção no mercado de trabalho, especialmente nas regiões metropolitanas do interior, como é o caso das RMs do Ceará. Por isso, o objetivo principal deste trabalho é analisar a mobilidade pendular e a inserção ocupacional dos trabalhadores que realizam o deslocamento pendular por motivo de trabalho nas recém criadas Regiões Metropolitanas do Cariri (2009) e de Sobral (2016) no ano de 2010. Por ser um dos principais indicadores para análise de processos de metropolização e permitir identificar novas formas espaciais urbanas, a análise dos deslocamentos pendulares nessas regiões podem contribuir para evidenciar as dinâmicas territoriais dos municípios dessas metrópoles e o grau de interação entre eles, além disso o estudo do perfil de quem pendula contribui para ampliar o entendimento das causas e motivações que levam o trabalhador a pendular.

Aspectos Metodológicos

Base de Dados

Os microdados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) são utilizados. O censo demográfico é uma base de dados que abrange trabalhadores inseridos nos mercados de trabalho formal e informal e que permite trabalhar com dados geográficos de nível municipal, além disso é principal a fonte de dados para estudos de mobilidade, particularmente para o estudo da mobilidade pendular, pois permite a distinção dos movimentos pendulares em função de estudo e/ou trabalho.

Caracterização do fluxo pendular por região metropolitana

No que concerne o cálculo do volume de pessoas que praticam o movimento pendular por motivo trabalho, foram elaboradas matrizes de entrada e saída (SILVA, 2016; SIDRIM; QUEIROZ, 2019; SILVA; QUEIROZ; SIDRIM, 2016; CARVALHO; QUEIROZ, 2021;) para os nove municípios da Região Metropolitana do Cariri e para os dezoito municípios da Região Metropolitana de Sobral. A partir destas matrizes, calcula-se o total de pessoas que saem de um município para os demais municípios nas RM Cariri e RM Sobral e o total de pessoas que chegam dos demais municípios da RM Cariri e RM Sobral para um determinado município. A partir destas matrizes é possível calcular o movimento pendular nos municípios das duas regiões metropolitanas cearenses e identificar os municípios que mais atraem trabalhadores, bem como os locais emissores de trabalhadores.

Perfil do Trabalhador Pendular

A mobilidade pendular pode ser definida como deslocamentos diários de indivíduos entre o município de residência e o município de trabalho e/ou estudo. (ARANHA, 2005; ÂNTICO, 2005; MOURA et al, 2005). Nesta pesquisa

o trabalhador pendular é definido como o indivíduo (natural ou não natural) da RM Cariri e RM Sobral com dez anos ou mais de idade, que reside em um município e trabalha em outro município da mesma área metropolitana.

Para separar os trabalhadores que efetivamente realizam deslocamentos diários dentro da mesma área metropolitana, foram excluídos os trabalhadores que trabalham em mais de um município, em outro país e foi utilizado o filtro de retorno para casa no mesmo dia, desta forma a amostra para Região Metropolitana do Cariri conta com 19.380 observações e a amostra para Região Metropolitana de Sobral tem 18.372 observações.

Para traçar o perfil socioeconômico, demográfico e ocupacional do trabalhador, utilizaram-se as seguintes variáveis: sexo (masculino e feminino); raça/cor (branco, preto, pardo, indígena, amarelo) foi excluído os ignorados; faixa etária, através da variável idade foram construídas as faixas etárias até 17 anos; 18 a 24 anos; 25 a 39 anos; 40 a 49 anos; 50 a 59 anos; 60 anos ou mais; nível de instrução (sem instrução e fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto; superior completo) foi excluído os não determinados.

Com relação a categoria do emprego no trabalho principal que a pessoa tinha na semana de referência ou posição na ocupação foram selecionadas: empregado com carteira de trabalho assinada; militar e funcionários públicos; empregado sem carteira de trabalho assinada; conta própria; e empregador; os não remunerados e produção para o próprio consumo foram excluídas, por não apresentarem rendimentos maiores que zero. A variável setor de atividade é composta por: agropecuária; extrativa mineral; indústria de transformação; serviços de utilidade pública; construção civil; e serviços.

A variável rendimento do trabalho principal em faixas salariais, foi construída com base no salário mínimo vigente em 2010 (R\$510,00), foram construídas as seguintes faixas: até um salário mínimo (para renda maior que zero); acima de 1 até 2 salários mínimos; acima de 2 até 3 salários mínimos; acima de 3 até 5 salários mínimos; acima de 5 até 7 salários mínimos; acima de 7 até 10 salários mínimos; e mais de 10 salários mínimos.

Referencial Teórico

A Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri)

A Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) foi instituída em 29 de julho de 2009, pela Lei Complementar estadual nº 78/2009, em consonância ao Art. 43 da constituição estadual. Desde a sua instituição é composta por nove municípios (Barbalha, Caririáçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri) (CEARÁ, 2009). A mesma está localizada no sul do Ceará.

Por ser a segunda região urbana mais expressiva do estado, dada a conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, denominada de CRAJUBAR (IPECE, 2018), a RM Cariri foi criada com o objetivo de mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas impostas pelo desenvolvimento a qual experimenta a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF em detrimento do interior do estado. Além disso, tinha como objetivo minimizar o desenvolvimento desigual do triângulo CRAJUBAR em relação aos municípios vizinhos e ser um novo polo de desenvolvimento socioeconômico que pudesse dividir com a Região Metropolitana de Fortaleza a atração de investimentos e ampliar a qualidade de vida de sua população, além de arrefecer a emigração para a capital e a RMF.

De acordo com a lei que a instituiu, a RM Cariri consiste em uma unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, a qual tem sua ampliação condicionada ao atendimento dos requisitos básicos (evidência ou tendência de conurbação; necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum; existência de relação de integração de natureza socioeconômica ou de serviços), verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência (CEARÁ, 2009).

Em 2010, a RM Cariri possuía 564.478 habitantes, 227.133 pessoas ocupadas e um PIB de R\$4,2 bilhões. (IPECE, 2018). Juazeiro do Norte, Crato

e Barbalha são os municípios de maior evidência em termos demográficos e socioeconômicos da RM Cariri. Juazeiro do Norte, em 2010, concentrava 44% da população da RM Cariri, respondia por 51,3% do PIB e detinha 45% da população ocupada da região e taxa de urbanização de 96%, sendo a mais alta entre os municípios da metrópole. Crato detinha 22% da população da RM Cariri, apresentava uma taxa de urbanização de 83%. Seu PIB correspondia a 22% do PIB total da região, já sua população ocupada representava 22% do total da RM Cariri. Barbalha concentrava 10% da população da RM Cariri, tinha uma taxa de urbanização de 69%. O município respondia por 11% do PIB e 9,7% da população ocupada da região como se vê na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores Socioeconômicos e Demográficos da Região Metropolitana do Cariri - 2010

Municípios	Área (km²)	Popu- lação Total	Densidade Demográ- fica	Taxa de urbaniza- ção (%)	PIB (R\$ 1000)	Popula- ção Ocupada
Barbalha	569.508	55.323	97,14	69	465.960,71	22.137
Caririáçu	623.564	26.393	42,33	53	100.257,04	11.067
Crato	1.176,467	121.428	103,21	83	986.851,34	50.055
Farias Brito	503.622	19.007	37,74	47	75.603,78	6.555
Jardim	552.424	26.688	48,31	34	107.860,78	9.442
Juazeiro do Norte	248.832	249.939	1.004,45	96	2.158.389,09	102.036
Missão Velha	645.703	34.274	53,08	45	166.230,32	14.196
Nova Olinda	284.401	14.256	50,13	68	68.782,00	5.491
Santana do Cariri	855.563	17.170	20,07	51	71.622,77	6.155
RM Cariri	4.284.793	564.478	-	-	4.201.557,83	227.133

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE, IPECE e Censo Demográfico (2010)

Esses três municípios destacam-se pelo acelerado processo de conurbação física e funcional, e de acordo com o estudo Regiões de Influência da Cidades do IBGE (REGIC, 2008), a conurbação formada pelos três municípios é considerado uma capital regional C¹ e Área de Concentração de População - ACP² na hierarquia da rede urbana cearense por centralizar a oferta de serviços e comércio diversificados e ter raio de influência em mais de 34 municípios no sul do Ceará e estados vizinho (Pernambuco e Paraíba).

Estes centros urbanos, adquiriram importância regional ao longo dos anos, ao apresentar condição climática e solos férteis no sul cearense. Além disso, recebessem investimentos industriais e de infraestrutura via incentivos fiscais, o que resultou na consolidação de um parque industrial diversificado, tendo como principais setores os ramos calçadistas, medicamentos, confecções, folheados, cerâmica, cimento e alumínio. Além disso, as atividades de serviços e comércio se dinamizaram com a presença de grandes redes de supermercados atacadistas e varejistas, ampliação dos serviços do ensino público e privado, principalmente superior, serviços médicos, financeiros, imobiliários, entre outros. (MENEZES, 2007).

Entretanto, as demais cidades da Região Metropolitana do Cariri ficaram as margens das políticas de investimentos dos governos cearenses, tornando-as dependentes do núcleo CRAJUBAR. Assim, observa-se que os seis municípios em 2010 apresentavam baixa densidade demográfica, alguns como Farias Brito, Jardim e Missão Velha ainda tinham a maior parte da população concentradas na área rural e quase 50% da população ocupada destes municípios estavam nas

1 São centros com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios, no caso do nível C os centros tem em média 250 mil habitantes. (REGIC, 2008).

2 As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população (REGIC, 2008).

atividades agrícolas. Essa desigualdade dentro da região metropolitana aponta a falta de integração entre os municípios, dificultando a construção de uma identidade metropolitana, além de aumentar a hierarquia entre as mesmas. (SILVA; QUEIROZ; SIDRIM, 2016).

Região Metropolitana de Sobral (RM Sobral)

A Região Metropolitana de Sobral (RM Sobral) foi a terceira a ser criada no Ceará. Conforme Queiroz (2014), a região projetada para ser metropolitana de Sobral foi apresentada originalmente de 2003 a 2006, porém, não surtiu efeito, esperava-se que sua criação fosse votada no de 2012, mas não ocorreu. Ela foi instituída apenas em 2016 por força Lei Complementar Nº168 de 27 de dezembro de 2016, com finalidade de desenvolvimento local e regional. Sendo o seu objetivo promover a integração e o desenvolvimento regional sustentável entre os municípios que a comporiam. De acordo com a sua Lei de criação, a RM Sobral é caracterizada como uma unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, onde é observada a possibilidade de realizar subregionalizações a fim de realizar o planejamento e ordenamento das funções de interesse comum entre dois ou mais municípios da unidade (CEARÁ, 2016).

A RM Sobral é um exemplo de região metropolitana que tem como núcleo uma cidade média de importância regional (IPECE, 2018), sendo composta por 18 municípios (Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota) e está localizada na região noroeste do Ceará.

Em 2010, a RM Sobral possuía 460.463 habitantes, 171.086 pessoas ocupadas e um PIB de R\$3,6 bilhões. (IPECE, 2018). Por ser o núcleo da Região Metropolitana, Sobral se destaca nos aspectos econômicos e demográficos, a cidade concentrava 40,9% da população residente da região em 2010, e entre os municípios tinha a maior taxa de urbanização (88%), respondia por 71% do PIB e 45% da população ocupada da região, como se observa na Tabela 2.

Tabela 2: Indicadores Socioeconômicos e Demográficos da Região Metropolitana de Sobral - 2010

Municípios	Área (KM²)	População Total	Densidade Demográfica	Taxa de urbanização (%)	PIB (R\$ 1000)	População Ocupada
Alcântaras	138,598	10.771	77,71	32	37.015,00	3.820
Cariré	756,893	18.347	24,24	45	68.506,00	5.913
Coreaú	775,746	21.954	28,3	65	80.538,00	7.529
Forquilha	516,988	21.786	42,14	71	91.466,00	8.661
Frecheirinha	181,24	12.991	71,68	59	64.828,00	4.898
Graça	281,89	15.049	53,39	39	54.293,00	3.834
Groaíras	155,963	10.228	65,59	69	38.000,00	4.445
Massapê	571,533	35.191	62,11	68	120.691,00	12.566
Meruoca	144,94	13.693	91,38	54	47.779,00	5.366
Moraújo	415.614	8.070	19,42	45	29.869,00	2.862
Mucambo	190,602	14.102	73,99	64	51.447,00	4.480
Pacujá	76,1	5.986	78,63	62	25.582,00	2.340
Pires Ferreira	242,189	10.216	42,02	33	35.918,00	2.805
Reriutaba	383,119	19.455	50,75	54	88.318,00	5.956
Santana do Acaraú	969,323	29.946	30,89	51	110.543,00	8.875
Senador Sá	430,58	6.852	16,16	74	25.138,00	2.935
Sobral	2.122,98	188.233	88,67	88	2.553.785,00	77.723
Varjota	179,255	17.593	98,07	82	98.790,00	6.077
RM Sobral	423.731,94	460.463			3.622.506,00	171.086

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE, IPECE e Censo Demográfico (2010)

Estes dados refletem a importância regional que Sobral adquiriu ao longo dos anos na rede urbana cearense. O município é um importante centro urbano estadual desde o século XVIII, devido às suas funções comerciais e industriais e também foi beneficiado com a atração de investimento industriais via incentivos fiscais, no bojo desse processo, Sobral recebeu diversos empreendimentos, que de acordo com Rodrigues (2020, pág.84), “não apenas reafirmou sua função como centro industrial do Noroeste cearense, mas também colocou Sobral em uma nova dinâmica econômica produtiva e social.” Sobral, além de ser polo industrial, se destaca também nos setores comercial e de serviços que são diversificados e dinâmicos, com a presença de grandes redes de atacado, varejo e shopping centers.

Dessa forma, Sobral é o centro polarizador da Região Metropolitana, e segundo o REGIC (2008), a cidade é uma Capital Regional C, e exerce centralidade em mais de 38 localidades, além dos municípios da RM Sobral. Ainda que distante, outros municípios da região que se destacam são Massapê e Santana do Acaraú, as duas cidades em 2010 detinham, respectivamente, o segundo e terceiro maiores PIBs, população total e ocupada. As demais cidades da RMS são pequenas, com menos de 40 mil habitantes e mais de 50% da população ocupada no setor agrícola, Varjota (81,94%) e Senador Sá (73,96%) são as únicas que apresentavam nível alto de urbanização, além de Sobral.

Percebe-se que a Região Metropolitana de Sobral possui grandes disparidades intrametropolitanas, enquanto Sobral se destaca como grande centro regional na indústria e nos serviços, as demais cidades que compõem a RM não têm grande dinamismo econômico, possuem pouca influência estadual e muitas tipificam como município rural, característica que não se enquadra a uma região metropolitana.

Resultados e Discussões

Deslocamento Pendular nas Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral

As tabelas a seguir apresentam um panorama entre os municípios que compõem as RMs Cariri e Sobral, e destacam as diferenças dos saldos de entradas e saídas pendulares/diárias para trabalho, apontando os principais polos atrativos e menos atrativos dessas regiões.

A Tabela 3 mostra que em 2010, 11.003 trabalhadores saíam de seus municípios de residência para trabalhar em outro município da Região Metropolitana do Cariri. Assim como ocorrem em outras metrópoles, a direção dos deslocamentos pendulares se concentra do entorno para o núcleo, já que a distribuição espacial de serviços e atividades econômicas está estreitamente relacionada à mobilidade populacional (CORREA, 2020). Juazeiro do Norte recebe 6.609 trabalhadores pendulares, representando 60% das entradas, como abordado anteriormente, a cidade concentra 51,3% do PIB da RM Cariri, sendo um polo regional que concentra atividades industriais e serviços, com destaque para a indústria calçadista, confecções, folheados, comércio atacadista, varejista, serviços da saúde e da educação, apresentando condições para a inserção da mão de obra vinda de outros lugares.

Juazeiro do Norte recebe trabalhadores pendulares principalmente das cidades de Crato (3.648) e Barbalha (2.023), por serem próximas e estarem interligados por um equipado sistema de transporte público, as trocas populacionais entre os municípios é facilitada. Por isso, após Juazeiro do Norte, Crato (1.577) e Barbalha (1.491) são as cidades que mais recebem trabalhadores pendulares da RM Cariri, vindos principalmente do núcleo da metrópole, Juazeiro do Norte.

Tabela 3: Pessoas com 10 anos ou mais que realizavam movimentos pendulares na RM Cariri por motivo trabalho no ano de 2010

	Entradas	%	Saídas	%	Saldo
Barbalha	1.491	13,55	2.543	23,11	-1.052
Caririaçu	151	1,37	478	4,35	-327
Crato	1.577	14,33	4.236	38,50	-2.660
Farias Brito	261	2,37	261	2,37	0
Jardim	126	1,14	234	2,13	-108
Juazeiro do Norte	6.609	60,07	2.550	23,18	4.059
Missão Velha	432	3,92	461	4,19	-30
Nova Olinda	190	1,73	109	0,99	81
Santana do Cariri	167	1,52	130	1,18	37
RM Cariri	11.003	100,00	11.003	100,00	0

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

No que concerne à saída, Crato concentra 38,49%, e em relação a sua população ocupada isto equivale a 8,58%, enquanto Juazeiro do Norte responde por 23,17%, pouco mais de 2,59% da sua mão de obra ocupada, e 11,65% dos ocupados de Barbalha saem para trabalhar em outro município da RM Cariri, o que representa 22,11% das saídas. Estes dados mostram a presença de rebatimentos econômicos da aglomeração no seu entorno, que gera esses intensos fluxos de entradas e saídas nestas três cidades.

Com relação aos outros municípios pertencentes a Região Metropolitana do Cariri, apresentam um baixo fluxo de entradas, além de uma economia voltada para atividades agrícolas, são mais distantes do núcleo da RM Cariri e não contam com transportes coletivos adequados e baratos interligando-os, o que dificulta o fluxo dos trabalhadores. No que se refere as saídas, estas também têm baixo fluxo, por serem municípios de perfil agrícola, boa parte da

população consegue se inserir no mercado de trabalho local nesta atividade, principalmente na posição de atividade para o próprio consumo. Desta forma, percebe-se que as disparidades intrametropolitanas dificultam uma maior integração entre os municípios da Região Metropolitana do Cariri, não estando em conformidade com a literatura (LECIONE, 2006; MOURA, 2006; BRANCO et al, 2013), que apontam a penduridade entre os municípios, como uma característica de uma metrópole.

No que diz respeito a Região metropolitana de Sobral, a Tabela 4 mostra uma dinâmica da mobilidade pendular bem distinta da RM Cariri.

Tabela 4: Pessoas com 10 anos ou mais que realizavam movimentos pendulares na RM Sobral por motivo trabalho no ano de 2010

	Entrada	%	Saída	%
Alcântaras	16	0,16	405	4,02
Cariré	101	1,01	446	4,42
Coreaú	103	1,03	342	3,39
Forquilha	53	0,52	2.087	20,69
Frecheirinha	85	0,85	37	0,37
Graça	76	0,75	54	0,54
Groaíras	23	0,23	728	7,22
Massapê	144	1,43	3.214	31,88
Meruoca	90	0,89	889	8,81
Moraújo	51	0,50	116	1,15
Mucambo	75	0,74	136	1,35
Pacujá	64	0,63	149	1,47
Pires Ferreira	44	0,44	32	0,32
Reriutaba	21	0,21	120	1,19
Santana do Acaraú	78	0,77	668	6,63
Senador Sá	28	0,28	177	1,76
Sobral	8.939	88,66	418	4,14
Varjota	90	0,90	64	0,64
RM Sobral	10.083	100,00	10.083	100,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

Os dados retratados na Tabela 4 revelam que 10 mil pessoas praticavam movimentos pendulares por motivo trabalho na RM Sobral no ano de 2010. Quanto as diferenciações de entradas e saídas para trabalho, percebe-se uma forte polarização no município de Sobral, que concentra quase 90% das entradas de trabalhadores vindos dos outros municípios da região. Esse dado reflete o que foi apresentado na seção anterior, Sobral concentra atividades industriais e dos serviços, sendo um grande centro regional da região noroeste do estado, com sua economia dinâmica e diversificada, ela se torna um polo de atração da mão de obra local. E diferente do que ocorre na Região Metropolitana do Cariri, a RM Sobral não apresenta processo de conurbação e não há transbordamentos econômicos para o seu entorno, tornando-se a única cidade atrativa para os trabalhadores da região.

No que concerne as saídas, Massapê concentra 31,87%, sendo 99% deste fluxo para Sobral, e em relação a sua população ocupada, o município tem 25,76% trabalhando fora. Forquilha responde a 20,69% das saídas, tendo como principal direção o núcleo da região metropolitana, correspondendo a 42,60% da sua população ocupada. Esse intenso fluxo em direção a Sobral ocorre porque elas são próximas, com uma média de 17 Km de distância, o que favorece os deslocamentos pendulares.

Os outros municípios da RM Sobral apresentam baixo fluxo de entradas, da mesma forma que ocorre na RM Cariri, eles estão mais distantes de Sobral e a região metropolitana não possui transportes coletivos interligando os municípios, apenas transportes alternativos, o que dificulta os deslocamentos pendulares por trabalho, além de serem municípios que tem como base econômica a agricultura e com pequena dinâmica urbana. No que concerne as saídas, outros municípios como Groaíras, Meruoca e Santana do Acaraú apresentam um razoável fluxo de saídas.

Portanto, constata-se que os movimentos pendulares na Região Metropolitana de Sobral estão centralizados na cidade de Sobral (núcleo), o que de-

monstra a grande dependência dos demais municípios (entorno metropolitano) neste único centro, implicando no baixo crescimento destes, dependência e menor integração metropolitana.

Os resultados encontrados apontam que nas duas regiões metropolitanas a direção do fluxo da mobilidade pendular por motivo trabalho é mais intensa nos núcleos metropolitanos, onde há uma maior concentração das atividades econômicas e para os demais municípios mais distantes do núcleo a intensidade de entradas e saídas reduzem, corroborando com os resultados encontrados por Jardim e Barcellos (2005), Moura et al (2005), Silva (2016), Sidrim (2018), Correa (2020) e Santos e Silva Filho (2021). Porém, as duas regiões apresentam distinções, na Região Metropolitana do Cariri o fluxo de trabalhadores pendulares se distribui entre as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha mostrando uma integração entre o núcleo metropolitano e seu entorno mais próximo. Já a Região Metropolitana de Sobral, o deslocamento pendular de trabalhadores se concentra em Sobral, núcleo metropolitano, o que aponta uma menor relação com seu entorno.

Perfil e inserção ocupacional dos trabalhadores pendulares

As tabelas 5 e 6 apresentam a distribuição dos trabalhadores pendulares por sexo e raça/cor nas regiões metropolitanas do Cariri e de Sobral.

Tabela 5: Sexo dos Trabalhadores Pendulares das Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral – 2010

	RM Cariri	%	RM Sobral	%
Homem	6.899	62,70	6.620	65,65
Mulher	4.104	37,30	3.463	34,35
Total	11.003	100,00	10.083	100,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

A proporção de homens ocupados e que realizam o deslocamento pendular é superior ao de mulheres na mesma condição nas duas regiões metropolitanas, sendo 62,70% na RM Cariri e 65,65% na RM Sobral. Mesmo em menor participação, a proporção de mulheres ocupadas que realiza o deslocamento pendular para trabalhar é significativa nas duas regiões, mostrando que a participação das mesmas tem se tornado cada vez mais presente no mercado de trabalho. Diversos autores (BOWLES; BEALET, 1980; BRITO; RAMALHO, 2016; COLLA, 2018; SILVA, 2019) apontam que os trabalhadores homens são mais propensos ao movimento pendular e que a pendularidade das mulheres é menor do que a dos homens e elas percorrem trajetos mais curtos, pois são as responsáveis pelas atividades domésticas, bem como por cuidar dos filhos e pais idosos (GUTIÉRREZ-I-PUIGARNAU; VAN OMMEEREN, 2014).

Tabela 6: Raça/cor dos Trabalhadores Pendulares das Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral – 2010

	RM Cariri	%	RM Sobral	%
Branca	3.986	36,23	2.697	26,75
Preta	647	5,88	587	5,82
Amarela	154	1,40	201	1,99
Parda	6.208	56,42	6.588	65,34
Indígena	8	0,07	9	0,09
Total	11.003	100,00	10.083	100,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

Em relação a raça/cor a tabela 6 mostra a predominância de trabalhadores pendulares da raça/cor parda tanto na RM Cariri (56,42%) quanto na RM Sobral (65,34%), seguido de trabalhadores da raça/cor branca (36,23% e 26,75% respectivamente). Esses resultados estão condicionados a ocupação e formação social e histórica do Ceará, onde há maior presença de pardos e brancos e estão de acordo com resultados encontrados por outros trabalhos

(RAMALHO; BRITO, 2016; SIDRIM, 2018; CORREA, 2020; SANTOS; SILVA FILHO, 2021).

Quando se analisa os trabalhadores pendulares por faixa etária, a RM Cariri e a RM Sobral apresentam resultados distintos, como se observa na tabela 7.

Tabela 7: Faixa Etária dos Trabalhadores Pendulares das Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral – 2010

	RM Cariri	%	RM Sobral	%
Até 17 anos	144	1,31	160	1,59
De 18 a 24 anos	2.281	20,73	3.719	36,89
De 25 a 29 anos	2.336	21,23	2.397	23,78
De 30 a 39 anos	3.175	28,86	2.316	22,97
De 40 a 49 anos	1.939	17,62	1.010	10,02
De 50 a 59 anos	843	7,66	337	3,34
60 anos ou mais	284	2,58	143	1,42
Total	11.003	100,00	10.083	100,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

Na Região Metropolitana do Cariri a proporção de trabalhadores por faixa etária está bem equilibrada, com maior participação dos trabalhadores de 30 a 39 anos (28,86%), e 25 a 29 anos (21,23%), seguido da faixa etária de 18 a 24 anos (20,73%) e de 40 a 49 (17,62%). Já na RM Sobral, os trabalhadores se concentram na faixa etária de 18 a 24 anos (36,89%), seguido dos trabalhadores de 25 a 29 anos (23,78%) e de 30 a 39 anos (22,97%). Enquanto no Cariri predomina uma mão de obra pendular mais experiente, na RM de Sobral os jovens tendem mais a pendular, estes resultados corroboram com os encontrados em outros estudos, no qual Shuai (2012) aponta que os jovens são mais móveis do que as populações mais velhas. Já Brito e Souza (2005), Colla (2018) e Silva (2019), mostram que a população entre 25 a 39 anos tendem a efetuar movimentos pendulares.

No que se refere ao nível de instrução dos trabalhadores pendulares, a tabela 8 mostra que tanto na RM Cariri quanto na RM Sobral, o número de pendulares com ensino médio completo e superior incompleto é superior aos demais níveis. Na RM Cariri, 42,31% dos trabalhadores tem ensino médio, já na RM Sobral este número corresponde a 41,02%, nesta região chama atenção a proporção de trabalhadores pendulares sem instrução e fundamental incompleto (26,47%) e fundamental completo e médio incompleto (26,12%), estes dados contrapõem as teorias tradicionais da mobilidade que afirmam que probabilidade de pendular aumenta quanto maior for o nível educacional. Porém, Deschamps e Cintra (2008), ponderam que o nível educacional é menor para os fluxos em direção ao núcleo da metrópole, por conta da seletividade do mercado imobiliário. No caso da RM Sobral, a direção do fluxo de pendulares se concentra quase 90% no núcleo metropolitano, outro ponto a ser destacado é o próprio mercado de trabalho local, que pode ofertar vagas que não exijam uma maior qualificação.

Tabela 8: Nível de Instrução dos Trabalhadores Pendulares das Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral – 2010

	RM Cariri	%	RM Sobral	%
Sem instrução e fundamental incompleto	2.771	25,18	2.669	26,47
Fundamental completo e médio incompleto	1.360	12,36	2.634	26,12
Médio completo e superior incompleto	4.656	42,31	4.136	41,02
Superior completo	2.217	20,15	644	6,39
Total	11.003	100,00	10.083	100,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

No caso da RM Cariri, além de uma maior participação de trabalhadores pendulares com ensino médio completo e superior incompleto, se sobressaem aqueles sem instrução e com fundamental incompleto (25,18%) e com superior completo (20,15%). Nos estudos Deschamps e Cintra (2008), elas apontam que a escolaridade é maior nos trabalhadores que se deslocam do núcleo para o entorno, pois encontram propostas de empregos mais vantajosas. No caso da RM Cariri como há uma troca intensa entre Juazeiro do Norte (núcleo), Crato e Barbalha (entorno), isso pode explicar uma maior qualificação em parte da mão de obra da região, além do mercado trabalho local ofertar vagas que exijam uma maior qualificação, principalmente nas áreas de educação e saúde.

Analisar as características ocupacionais e de renda daqueles que praticam a mobilidade pendular, por meio do setor de atividade econômica, da posição na ocupação e rendimento em salários mínimos no trabalho principal, é importante para saber quem está melhor inserido no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas cearenses, pois segundos os estudos de Santos Júnior (2002); Freguglia e Procópio (2013); e Queiroz (2013), os indivíduos que praticam mobilidade têm maiores chances de se inserir no mercado de trabalho e ocuparem os melhores postos de ofício.

A tabela 9 apresenta a distribuição dos trabalhadores pendulares das RM Cariri e Sobral por setor de atividade econômica. Os resultados encontrados estão ligados as funções econômicas adquiridas ao longo do tempo pelos centros urbanos de cada região.

Tabela 9: Setor de Atividade Econômica dos Trabalhadores Pendulares das Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral – 2010

	RM Cariri	%	RM Sobral	%
Agropecuária	404	3,67	229	2,27
Ext. Mineral	36	0,32	46	0,46
Indústria de Transformação	1.691	15,37	5.533	54,88
Serviços de Utl. Pública	210	1,91	76	0,76
Construção Civil	1.015	9,22	727	7,21
Serviços	7.423	67,47	3.088	30,62
Atividades Mal Definidas	224	2,04	384	3,80
Total	11.003	100,00	10.083	100,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

Os trabalhadores que praticam a mobilidade pendular intrametropolitana na RM de Sobral estão concentrados nas atividades industriais (54,88%) e serviços (30,62%). Segundo Oliveira (2014), as políticas de incentivos fiscais adotada pelo governo cearense transformou Sobral em um importante centro industrial, com destaque para o setor calçadista, alimentos e bebidas e minerais não metálicos. No que concerne ao setor de serviços, Lima (2014) aponta que Sobral tem diversos equipamentos comerciais e de serviços, serviços públicos e privados, ligados principalmente aos ramos da educação e saúde, atendendo uma gama de municípios da região noroeste do Ceará.

Com relação a Região Metropolitana do Cariri, os trabalhadores pendulares se concentram no setor de serviços (67,47%), indústria (15,37%) e construção civil (9,22%). Para Maria Junior (2010), os deslocamentos de empreendimentos industriais para o Cariri acabaram desencadeando impactos na economia urbana destes centros, com investimentos também em serviços, principalmente comércio, transportes, saúde, educação e setor imobiliário.

No que se refere a posição na ocupação, boa parte dos trabalhadores pendulares das duas regiões metropolitanas estão em postos de trabalhos formais.

Tabela 10: Posição na Ocupação dos Trabalhadores Pendulares das Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral – 2010

	RM Cariri	%	RM Sobral	%
Empregado com Carteira assinada	5.792	52,64	7.648	75,86
Militar e funcionário publico	1.165	10,59	254	2,52
Empregado sem carteira assinada	2.807	25,52	1.767	17,53
Conta própria	1.125	10,23	372	3,69
Empregador	113	1,03	42	0,41
Total	11.003	100,00	10.083	100,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

Na RM Sobral em 2010, 75,86% dos trabalhadores que pendulam, tem a carteira de trabalho assinada, já na Região Metropolitana do Cariri este percentual é de 52,64%. O período de análise abarca mudanças significativas no mercado de trabalho nacional, de melhorias nas políticas de distribuição de renda, juntamente com o aumento do consumo das famílias, fatores essenciais para o crescimento econômico do país e geração de postos de trabalhos formais (BALTAR et al., 2010; DEDECCA; TROVÃO; SOUZA, 2014). Além disso, no caso da RM Sobral, como o setor industrial se destaca na geração de emprego, este tem como característica ser mais intensivo em vagas formais. Na RM Cariri, chama atenção a proporção de trabalhadores pendulares sem carteira assinada (25,52%), isto pode estar ligado ao fato que o setor de serviços ser o principal em termos de geração de emprego e ser intensivo em vagas informais.

Na tabela 11 é possível observar os rendimentos dos trabalhadores pendulares das duas regiões metropolitanas em faixas salariais no ano de 2010. Percebe-se que a maior parte deles se concentra na faixa de até um salário mínimo (51,44% e 75,69%) e na faixa de um até dois salários mínimos (26,48% e 17,34%). Por mais que o mercado de trabalho brasileiro e cearense tenham passado por mudanças nos últimos anos, com aumento da formalidade e a queda do desemprego, a característica das vagas criadas no período é de baixos salários (COSTA, 2009; OLIVEIRA, 2014). Para Baltar et al. (2010), a geração dessas vagas foi importante para incorporar um maior número de trabalhadores em uma ocupação remunerada.

Tabela 11: Faixa Salarial dos Trabalhadores Pendulares das Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral – 2010

	RM Cariri	%	RM Sobral	%
Até 1 Salário Mínimo	5.660	51,44	7.632	75,69
Acima de 1 até 2 salários mínimos	2.914	26,48	1.749	17,34
Acima de 2 até 3 salários mínimos	814	7,39	301	2,99
Acima de 3 até 5 salários mínimos	746	6,78	235	2,34
Acima de 5 até 7 salários mínimos	401	3,65	75	0,74
Acima de 7 até 10 salários mínimos	293	2,66	47	0,47
Acima de 10 salários mínimos	175	1,59	43	0,43
Total	11.003	100,00	10.083	100,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria

Os resultados da tabela 11 também chamam atenção, para um número razoável de trabalhadores pendulares na RM Cariri nas faixas salariais de dois a três salários mínimos e de três a cinco salários mínimos. Alguns autores (OJIMA et al, 2015; CUNHA et al, 2013) apontam que a pendularidade pode ser feita por uma população com níveis de renda mais elevados, na busca de uma melhor qualidade de vida, porém o que se percebe é que tanto na Região Metropolitana do Cariri quanto na Região Metropolitana de Sobral, a pendularidade é feita por necessidade, seja pela dimensão do mercado de trabalho local e oferta de empregos formais nas principais cidades das regiões.

Os resultados encontrados mostram algumas semelhanças no perfil do trabalhador pendular nas Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral. Os trabalhadores pendulares em sua maioria são homens da raça/cor parda e com ensino médio completo e superior incompleto, porém na RM Cariri a mão de obra pendular em sua maioria é mais velha (30 a 39 anos), portanto mais experiente, já na RM Sobral os trabalhadores pendulares são mais jovens (18 a 24 anos). No que concerne a inserção ocupacional e rendimentos, a maior proporção dos trabalhadores pendulares das RMs Cariri e Sobral estão inseridos em empregos com carteira assinada e ganham até um salário mínimo, no entanto os trabalhadores pendulares da RM Cariri em sua maior parte estão ocupados no setor de serviços, enquanto a mão de obra pendular da RM Sobral se concentra no setor industrial.

Considerações Finais

As regiões metropolitanas do Cariri e de Sobral foram criadas no bojo da mudança da criação de regiões metropolitanas no Brasil, que a partir de 1988 passou a ser de autonomia dos Estados. A institucionalização dessas regiões foi uma ação do Governo do Estado do Ceará visando mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas entre o interior e a Região Metropolitana de Forta-

leza. Porém, o que se percebe é uma concentração das atividades econômicas, do emprego e dos investimentos privados e públicos nas principais cidades das regiões metropolitanas analisadas, deixando a margem os demais municípios que compõem as RMs, deixando-os dependentes dos núcleos metropolitanos e dificultando a integração metropolitana, o que impacta nos deslocamentos pendulares que ocorrem nessas regiões.

Desta forma, o que se percebe é que nas duas regiões metropolitanas a direção do fluxo da mobilidade pendular por motivo trabalho é mais intensa nos núcleos metropolitanos, onde há uma maior concentração das atividades econômicas e para os demais municípios mais distantes do núcleo a intensidade de entradas e saídas reduzem. E que a mobilidade pendular está relacionada com as características específicas dos espaços e que os determinantes que afetam a decisão de pendular está condicionada as particularidades do ambiente que os indivíduos estão inseridos.

Referências

- ÂNTICO, C. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 110-120, 2005.
- ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 96-109, 2005.
- BAENINGER, R. A. et al. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes-Brasil, 1980-1996. 2000.
- BALTAR et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers*. Paper Nº. 9, May 2010.
- BARROS, T; OLIVEIRA, A. A. Análise dos Deslocamentos Pendulares por Motivo de Trabalho no Ano de 2010 nas Cidades Médias Cearenses. In: *Anais do IV SEDRES: Seminário de desenvolvimento regional, estado e sociedade: democracia e desigualdades regionais*. Palmas, 2018.

BRANCO, M. L. G; PEREIRA, R. H. M; NADALIN, V. G. Rediscutindo a Delimitação das Regiões Metropolitanas no Brasil: Um Exercício a partir dos critérios da década de 1970. Texto para Discussão. IPEA. 2013.

BRITO, F; SOUZA, J. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade intermunicipal na reprodução da pobreza, São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BOWLES, G. K.; BEALET, C. Commuting and migration status in nonmetro áreas. Agricultural Economics Research. V. 32, N. 3. JULY, 1980.

CAIADO, M. C. S. Deslocamentos intra-urbanos e estruturação socioespacial na metrópole brasiliense. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 64-77, out./dez. 2005.

CARVALHO, R. M; QUEIROZ, S. N. Pendularidade por Motivo de Trabalho e Estudo na Região Metropolitana de Feira De Santana (RMFS). In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – ENABER, 2021.

CEARÁ. “Lei Complementar Nº78, 26 de jun. de 2009. Promulgada em 26 de junho de 2009. Criação da Região Metropolitana do Cariri. Fortaleza- CE, 2009.

CEARÁ. Lei Complementar Nº168, 27 de dez. de 2016. Criação da Região Metropolitana de Sobral. Fortaleza-CE, 2016.

COLLA, C. Migração e pendularidade na Região Metropolitana de Curitiba entre 2000 e 2010: complementaridade ou substituição? 2018. 276f. Diss. Tese (Doutorado em Demografia)–Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018.

CORREIA, I. A. Migração e mobilidade pendular nas metrópoles cearenses: integração ou fragmentação? RDE Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 1, n. 45, 2020.

COSTA, M. O. Emprego formal no Ceará: um enfoque regional. Fortaleza: IDT, 97p. 2009.

DEDECCA, C. S; TROVÃO, C. J. B. M; SOUZA, L. F. Desafios do crescimento brasileiro. Dossiê Desenvolvimento e inovação. Novos estudos, CEBRAP, 2014, pp. 23-41.

CUNHA, J. M. P. et al. A mobilidade Pendular na Macrometrópole Paulista: Diferenciação e Complementaridade Socioespacial. Cadernos Metr pole, v. 15, p. 433-459, 2013.

DELGADO, P. R. et al. Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. In: BALBIM, R; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (orgs.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília, Ipea/IDTP, 2016.

DESCHAMPS, M. V; CINTRA, A. Mobilidade pendular para trabalho na região metropolitana de Curitiba: uma análise das características de quem sai e quem fica. In: Anais, XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2008.

DOTA, E. M; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 21, p. 415-430, 2019.

FERREIRA, A. A. Ensaio sobre a migração de retorno interestadual no Brasil, 111f, Dissertação (Mestrado em economia), Universidade Federal da Paraíba, 2012.

FREGUGLIA, R. S.; PROCÓPIO, T. S. Efeitos da Mudança de Emprego e da Migração Interestadual Sobre os Salários no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), v. 43, n. 2, p. 255-278, 2013

FREY, H. O processo de Ocupação do Espaço Urbano na Cidade de Sorocaba e sua região, 2010. f. 164, Dissertação (Mestrado em Demografia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 2010.

_____; DOTA, E. M. O Censo de 2010 e as primeiras leituras sobre a mobilidade espacial da população na Região Metropolitana de Campinas. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, p. 226-243, 2013.

GUTIÉRREZ-I-PUIGARNAU, E; VAN OMMEREN, J. N. (2014). "Commuting and labour supply revisited." Urban Studies.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Panorama Socioeconômico das Regiões Metropolitanas Cearenses. Fortaleza – Ceará. 2018. Disponível em < <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-metropolitano/>>. Acesso: 05 de maio de 2022.

JARDIM, A. P. Reflexões sobre a mobilidade intermunicipal In: Luiz Antonio Ponto de Oliveira; Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira. (Org.). Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011, v. 01, p. 51-59.

_____; ERVATTI, L. Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: reflexões sobre o seu estudo, a partir dos censos demográficos de 1980 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.

JARDIM, M. L.; BARCELLOS, T. M. Mobilidade populacional na região metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 4, p. 78-95, 2005.

LENCIONE, S. Reconhecendo Metrôpoles: Territórios e Sociedades. In: SILVA, C. A; FREIRE, D. G; OLIVEIRA, F. J. G. (Org). Metrôpole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

LIMA JUNIOR, F. O' de, – Estrutura produtiva e rede urbana no estado do Ceará durante o período de 1980-2010. / Francisco do O' de Lima Junior. – Campinas, SP: [s.n.], 2014. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

MARIA JÚNIOR, M. Os Novos Investimentos Industriais, o Comércio e os Serviços nas duas Últimas Décadas em Crato e Juazeiro do Norte. Redefinindo a Dinâmica da Rede Urbana do Cariri Cearense. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideu: Universidad de la República, 2010.

MENEZES, E. O. O Cariri Cearense. IN: BORZACCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

MIRANDA, R. A; DOMINGUES, E. P. Nova Economia Urbana e Movimento Pendular na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Diamantina, Mina Gerais. 2008.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 121-133, 2005.

_____. Institucionalização de Regiões Metropolitanas: Qual o Sentido? Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.129-143, jul./dez. 2006.

OJIMA, R.; MONTEIRO, F. F; NASCIMENTO, T. C. L. Deslocamentos pendulares e o consumo do espaço: explorando o tempo de deslocamento casa-trabalho. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 36, p. 133-147, 2015.

OLIVEIRA, A. A. O Cariri cearense: da ocupação do território à institucionalização da região metropolitana do Cariri. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014.

OLIVEIRA, E. L; GIVISIEZ, G. H. N. Trabalho e Migração Pendular nas Cidades Médias Brasileiras. Anais... VIII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población, Ciudad de Puebla, 2017.

QUEIROZ, S. N. Migrações, Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense. Tese (Doutorado). IFCH/UNICAMP, 2013.

QUEIROZ, V. S; RAMALHO, H. M. B. Migração interestadual de retorno e autosseleção: evidências para o Brasil. **Pesquisas e Planejamento Econômico (PPE)**, v.41, n. 3, p. 369-396, 2011.

RAMALHO, H. M. B.; BRITO, D. J. M. Migração intrametropolitana e mobilidade pendular: evidências para a região metropolitana do Recife. Estudos Econômicos, v. 46, n. 4, p. 823-877, dez. 2016.

RIGOTTI, J. I. R; CAMPOS, J. Movimentos Populacionais e as Cidades Médias de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6. Belo Horizonte, 2009. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2009. pp. 1-27.

RODRIGUES, A. V. Cidades médias no contexto metropolitano: institucionalização e planejamento territorial da Região Metropolitana de Sobral/CE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2020.

SANTOS JÚNIOR, E. R. Migração e Seleção: O Caso do Brasil. 2002.

SANTOS, R. S. G; SILVA FILHO, L. A. Migração Pendular no Trabalho Formal e diferenciais de Rendimentos no Ceará – 2009/2019. In: Encontro Nacional de Economia do Vale do Açu. Mossoró – RN. 2021.

Secretária da Infraestrutura. METROFOR. < <https://www.metrofor.ce.gov.br/>>. Acesso em: 03 de junho de 2022.

SHUAI, X. “Does Cointramunicipaluting Lead to Migration? Journal of Regional Analysis & Policy. 42(3), 2012.

SIDRIM, R. M. S. Pendularidade e inserção ocupacional nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador: evidências segundo a condição de migração. 2018. 117f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

_____; FUSCO, W. Pendularidade e inserção ocupacional na região metropolitana de Fortaleza. In: Anais ABEP, p. 1-21, 2019.

SILVA, J. G. Mobilidade intermunicipal nas Regiões Metropolitanas do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador). 2016, 97f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Regional do Cariri - URCA, Crato-CE, 2016.

_____. Características da mobilidade inter e intramunicipal por motivo de trabalho: Evidências para o Brasil. 2019. 93f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

_____. Movimentos Pendulares por Razões Laborais na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF): Quem Pratica?. Latin American Journal of Business Management, v. 11, n. 2, 2020.

_____; QUEIROZ, S. N; OJIMA, R. Perfil da Mobilidade Laboral Inter e SILVEIRA, R. L. L et al. Observando a Dinâmica Territorial do Emprego e do Deslocamento para Trabalho na Região do Vale do Rio Pardo-RS. Desenvolvimento em Questão, v. 18, n. 51, p. 186-209, 2020.

STAMM, C. STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interiores de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, n. 1, p. 131-149, 2008.

CAPÍTULO 3

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA/RS: UM OLHAR A PARTIR DO ICMS ECOLÓGICO

Vonia Engel

Gabriel Militz

Doi: 10.48209/978-65-5417-177-3

Resumo: Este estudo aprofunda a compreensão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como um instrumento relevante para o desenvolvimento dos municípios da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, especialmente ao considerar o impacto do ICMS Ecológico. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica abrangente, que explora as contribuições da LRF para a promoção de uma gestão fiscal responsável. Ao utilizar a revisão bibliográfica como ferramenta metodológica, o estudo busca examinar criticamente a literatura existente sobre a LRF, o ICMS Ecológico e suas aplicações práticas em contextos municipais. Esta abordagem permite a contextualização das informações, identificando lacunas no conhecimento e consolidando uma visão ampliada das implicações da LRF na gestão municipal. Ao se aprofundar na análise da adaptação da LRF à realidade específica da Quarta Colônia, levando em consideração as particularidades do ICMS Ecológico, o estudo visa proporcionar uma visão abrangente sobre como a legislação fiscal pode catalisar o desenvolvimento econômico e ambiental em nível local. O enfoque na revisão bibliográfica fortalece a fundamentação teórica, contribuindo para uma compreensão mais sólida e embasada das interações complexas entre responsabilidade fiscal e práticas sustentáveis. Dessa forma, este estudo não apenas amplia o entendimento da

aplicação da LRF, mas também destaca a importância de estar atento às realidades locais e de se adaptar as suas necessidades, como é o caso do ICMS Ecológico. Após a conclusão do estudo, percebe-se que ainda há necessidade de aprofundar a compreensão sobre o ICMS Ecológico por parte dos municípios da Quarta Colônia.

Palavras-Chave: LRF, Desenvolvimento; ICMS Ecológico; Quarta Colônia

Introdução

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é uma legislação que desempenha um papel relevante ao estabelecer parâmetros e diretrizes que visam assegurar a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, emergindo como uma ferramenta para orientar o desenvolvimento dos municípios da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, proporcionando um ambiente propício para o crescimento sustentável. Nesse sentido alinhada aos princípios de transparência, equilíbrio fiscal e eficiência na administração pública, a LRF não apenas resguarda a estabilidade econômica local, mas também poderia promover a confiança dos investidores e contribuintes, fomentando, assim, um cenário propício para o avanço socioeconômico da região, através da gestão eficaz.

Na última década, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem desempenhado um papel significativo na gestão financeira e fiscal dos municípios brasileiros. A LRF, promulgada em 2000, estabeleceu diretrizes e princípios fundamentais para a gestão das finanças públicas (Piscitelli, 2021). A partir da Lei se propôs a impor limites ao endividamento público, garantir a transparência na divulgação de informações financeiras, e estabelecer mecanismos de controle que visam aprimorar a tomada de decisões e a eficácia na alocação dos recursos públicos. A partir do exposto o objetivo geral desta pesquisa é: De que forma a LRF pode ser utilizada como um instrumento de desenvolvimento nos municípios da Quarta Colônia/RS, através do ICMS ecológico?

Pretende-se identificar de que maneira a aplicação efetiva dos princípios e diretrizes da LRF contribui para a promoção do crescimento socioeconômico dessas localidades, examinando as finanças públicas, na transparência administrativa e na capacidade dos municípios em implementar políticas públicas eficientes. Para isso a metodologia utilizada para este estudo foi o levantamento bibliográfica, baseando-se em uma revisão sistemática da literatura pertinente. Para tanto o levantamento bibliográfico abrangeu obras acadêmicas, artigos científicos, documentos legislativos e relatórios oficiais que abordem tanto a aplicação geral da LRF como suas implicações específicas para o desenvolvimento municipal. A seleção criteriosa das fontes permitiu uma análise abrangente das contribuições teóricas e empíricas existentes, fornecendo uma base para a compreensão do papel da LRF na promoção do crescimento socioeconômico dos municípios da Quarta Colônia.

Contextualização da Lei de Responsabilidade Fiscal

A lei de responsabilidade fiscal é um marco regulatório gerencial importante em sentido amplo da palavra, isto porque traz em seu rol um comando gerencial a ser observado para Administração pública do país. A LRF, instituída em 2000, representa um conjunto de normas que visa promover a transparência, equilíbrio fiscal e responsabilidade na administração pública (Piscitelli, 2021). Sua aplicação implica a imposição de limites para gastos, aprimoramento da arrecadação, e estabelecimento de mecanismos de controle, fundamentando-se em princípios econômicos e financeiros consolidados. Em quesito de verificação, debruça-se a princípios indispensáveis e imprescindíveis para concórdia lógica e saudável da boa gestão, isto é, um olhar atento para o controle, planejamento, avaliação e principalmente o controle das contas públicas (Piscitelli, 2021). Em espécie anterior, é de rever que o nascimento da responsabilidade fiscal conforme ênfase a doutrina do direito financeiro, especifica-se ao

centro de prevenir riscos e danos as contas públicas, e isso impacta em duas formas, sendo que para a Administração, em uma forma de agir de modo mais transparente e coerente, e aos administrados, quanto a segurança dos atos da administração.

A face originaria, anterior ao processo legislativo pelo qual percorreu o transmite da lei 101/2000, decorreu-se aberta por influências quanto externas ou internas que serviram como base solida na construção de uma teoria de gestão responsável de controle e equilíbrio, (Piscitelli, 2021). O que em sentido legislativo, buscou-se introduzir um marco em que não se trouxe apenas princípios, mas servir-se como um código gerencial para que toda a presente administração adotasse. No âmbito legislativo, a LRF foi concebida não apenas como uma compilação de princípios, mas como um código gerencial destinado a orientar a conduta administrativa em todas as esferas governamentais.

A responsabilidade fiscal tem um impacto a luz constitucional para administração pública uma vez que implica aos entes federativos que não só observe, mas crie e adote medidas para o cumprimento das metas fiscais. Conduz a expresse exemplo o artigo 11 da LRF que traz que a arrecadação deve ser efetiva, ou seja, para o pensamento de Harrison Leite, é preciso que além do direito dos entes federativos quanto a natureza de seus tributos é um dever estar preciso em criar mecanismos adequados para alcançar a efetiva cobrança. A condução de uma efetiva arrecadação é uma das medidas pela qual o marco fiscal traz para o implemento de uma gestão mais eficaz e transparente. Além disso, tanto a administração direta quanto indireta deve-se sujeitar a uma concepção de boa gestão, o que é; atender a ideia de planejamento, execução, prevenção, controle e responsabilidade.

Planejamento e controle a partir da Lei complementar 101/2000

A Lei complementar de 101/2000 é hoje observada como um marco importante referente ao ano de sua promulgação, uma vez que ao verter seus critérios tem-se que distantes da sua existência não existiam nortes a serem observados para finanças públicas e para gestão dessas, o que, após, trouxe inegáveis e imprescindíveis princípios para os entes federativos e demais terem como reflexo.

É de constar que, referente marco regulatório complementar, tem em seu nascimento a vinda de princípios condicionantes para uma boa gestão, estes que anteriormente, não se faziam idealizados, o que, devido a uma necessidade de planejamento e controle, uma vez que aos períodos anteriores aos anos 2000, marcam-se os anos em que se houve um terror financeiro e um totalmente caos quanto as contas públicas e quando observa-se maior instabilidade aos indicadores da taxa de juros e da inflação do país, (Leite, 2020). O marco não trouxe uma orientação sobre receitas e despesas, mas sim a lógica da responsabilidade fiscal e uma direção sobre ação planejada, objetivado assim um contexto micro e macroeconômico, atraindo assim um olhar de segurança fiscal e legal do ponto de vista global.

Em contexto estrutural, contemplou-se referencias internacionais para introdução e regência da égide de princípios, como a transparência, controle, responsabilidade fiscal, a qual imputava a administração uma ideia de gerência equilibrada, onde o próprio endividamento criara uma barreira, a qual indispensável para prevenção de riscos futuros e o fortalecimento do equilíbrio da máquina pública.

O princípio da transparência trás conforme já comento, uma seguridade maior para o administrado, uma vez que se trata da utilização dos recursos públicos, o que se espera da visão do administrado, uma boa utilização, e numa

gestão saudável e responsável, o que segundo (Leite, 2020), quanto mais transparente, mais saudável é a gestão, sendo que, através da transparência ainda, importa o exercício da cidadania.

O exercício da cidadania é um direito constitucional e não está restrito ao exercício do sufrágio, mas também a participação no conhecimento e na obtenção das contas públicas em tempo real. Quanto a natureza fiscalizadora, há de se falar no princípio da responsabilidade fiscal pelo qual imputa-se a fiscalização da utilização e exercício da manutenção pública.

Vale ainda, quanto essa já mencionada, em face da prestação de contas pelo qual coexiste, tem-se na sua objetividade a verificação da economicidade e principalmente a legitimidade das contas dos entes, o que ainda, se pode falar de modo importante, conforme (Leite, 2020), uma mal gestão fiscal, nunca estará de acordo ou apta a percepção dos princípios da lei de responsabilidade fiscal.

A natureza facultativa e o princípio do protetor-beneficiário do ICMS ecológico

Ao debruçar-se em região a natureza facultativa, é de ser primário que aos municípios, e principalmente em que momento, observa-se a perspectiva de implementação do devido, insta, observar que, seria vislumbrante, senão falar sobre a abrangência de medidas, e programas pelos quais fornecem os dados para os indicadores da qualidade da proteção ambiental, isto é, implicando na base de cálculo para o repasse do ICMS ecológico.

Vale apontar que, as medidas anteriores ao processo de que dá transmite ao repasse, o que imputa falando no princípio do protetor-beneficiário, complementa-se o requisito legal de que, quanto mais há proteção e medidas dos municípios, mais se é beneficiado, isto é, mais recursos se tem, e mais bem visto é aquele município (loureiro, 2001).

Entende-se que para tal natureza tributária é indispensável falar no princípio do protetor beneficiário, isto é, o ente federativo que se propõe a criar medidas e mecanismos preventivos e proativos para o meio ambiente sendo na outra mão beneficiada pelo repasse de recursos através do estado, (Loureiro, 2001). Em outro sentido, é coerente falar que, os municípios são sempre beneficiados pelo estado quando trazem um desenvolvimento positivo.

É de conotar ainda que esse repasse não é alvo do município quando as atividades deste não alce uma grade de desenvolvimento maior, o que poderá ser confundido do contrário com o princípio do poluidor-pagador, porém, este princípio, não deve ser visto nessa ótica, uma vez tem-se apenas conforme (Loureiro, 2001), um complemento, mas não antônimo do anterior.

Quanto a importância de seus efeitos é importante, o que em conformidade com os dados pelos quais recordam as palavras do autor;

Por conseguinte, o Paraná foi o primeiro Estado a experimentar os resultados extremamente positivos da adoção do ICMS Ecológico. O número de municípios beneficiados eleva-se a cada ano. Em 1992, foram 112; em 1998, o número já havia aumentado para 192 municípios.³⁴ Consequentemente, os dados da preservação ambiental no Estado mantêm-se em constante crescimento. Estima-se que, desde a aprovação da Lei do ICMS Ecológico, em 1991, as áreas protegidas no Paraná aumentaram 950% (Scaff, 2004. Pg, 28).

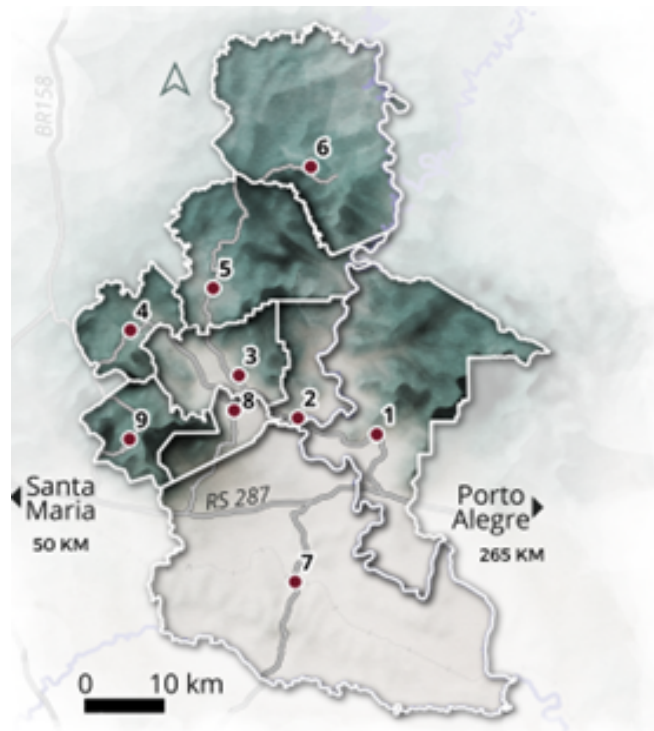
O repasse demonstra que é necessário para o desenvolvimento ambiental dos municípios, além de incentivar as boas práticas da gestão, e não só, quando olhada para a uma gestão que vise estar em conformidade com a lei de responsabilidade fiscal.

A LRF nos municípios da Quarta Colônia/RS: um olhar a partir do ICMS ecológico

A Quarta Colônia é uma região integrada de nove municípios: Restinga Seca, Agudo, São João do Polêsine, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande e Dona Francisca, se fortalece no início

dos anos noventa do século XX, e se concretiza com a criação, em 1995, do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – o CONDESUS Quarta Colônia, entidade parceira no planejamento e desenvolvimento do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco. A distribuição da região da Quarta Colônia pode ser observada na figura 01.

Figura 01: Localização dos municípios da quarta Colônia/RS



Fonte: Geoparque Quarta Colônia. (2023). Os Nove Municípios.

<https://www.geoparquequartacolonia.com.br/geoparque/o-territorio/os-nove-municipios>

Esses nove municípios apresentados na figura 01 possuem territórios em que o urbano e o rural se integram e dão identidade física, cultural e humana a uma região (Padoin, 2023). Neste contexto a interseção entre a LRF e as experiências dos municípios da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, com o ICMS Ecológico constitui uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. Enquanto a LRF estabelece diretrizes para a responsabilidade fiscal e transparência na gestão pública, o ICMS Ecológico surge como um mecanismo inovador que busca reconhecer e recompensar práticas ambientais adotadas pelos municípios.

Examinar esses dois pilares se entrelaçam na realidade específica da Quarta Colônia não apenas lança luz sobre a eficácia das políticas fiscais, mas também destaca o papel desempenhado pelos municípios na promoção da sustentabilidade ambiental e no equilíbrio entre responsabilidade fiscal e ações ecologicamente conscientes. Por compreender a relevância de ambas as temáticas que buscou identificar esta realidade dentro dos municípios da Quarta Colônia/RS.

Neste sentido, um estudo realizado quanto a aplicação do ICMS ecológico, buscou mensurar nos municípios de Quarta Colônia, que haviam implementado condições para o repasse da cota-parte pelo Estado do Rio Grande Do Sul, contudo, o estudo concluiu que nenhuma gestão tinha conhecimento sobre o termo ICMS ecológico, dois municípios apenas tinham ouvido falar em alguma palestra sobre proteção ambiental. O estudo ainda aponta que os gestores dos município de Dona Francisca, Nova Palma, Faxinal do Soturno e Ivora, não tinham conhecimento sobre a legislação e o funcionamento, enquanto ao município de Pinhal Grande e Silveira Martins, alegavam haver um razoável conhecimento sobre o funcionamento para um, e a legislação para o outro, mas razoavelmente, o que em sentido geral demonstra-se uma ausência de efetivação quando a manutenção e abastecimento de uma área importante como o meio ambiente, uma vez pelo qual tal repasse destina-se, (Uhlmann, 2010).

Apesar de facultativo, observar que, os municípios, parte integrante dos demais entes federativos, devem possuir um planejamento sobre a sua qualidade e quantidade de demandas, se apropriando de instrumentos que podem nortear a efetividade e a potencialidade de cada ente de poder. Para que posam gerenciar suas receitas e despesas conforme sua necessidade, com intuito de contribuir para o desenvolvimento da região, onde estes municípios estão inseridos através de práticas sustentáveis, que gera o ICMS ecológico.

O ICMS Ecológico é uma ferramenta de incentivo para municípios que adotam práticas sustentáveis, ele está relacionado A LRF, pois municípios que

seguem boas práticas de gestão financeira podem ter mais recursos disponíveis para investir em ações ambientais. Municípios que incluem ações ambientais em seus planos de gastos podem se beneficiar do ICMS Ecológico, que considera critérios ambientais para distribuição de recursos.

A divulgação transparente das ações ambientais pode contribuir para o reconhecimento do município no cálculo do ICMS Ecológico. Municípios que integram ações ambientais em suas políticas públicas podem estar alinhados tanto com as diretrizes da LRF quanto com os objetivos do ICMS Ecológico.

Conclusões

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tornou-se uma ferramenta relevante para preencher a lacuna deixada pela Constituição Federal. A Lei tem um papel relevante para a administração pública, pois proporciona diretrizes e limites para o gerenciamento fiscal responsável. Com isso, assegura a Administração Pública mais eficiente e transparente, tendo como finalidade conter os gastos para o equilíbrio das contas públicas. Neste sentido este estudo tem como objetivo analisar a LRF como um instrumento gerencial na esfera pública, investigando as contribuições na mesma na gestão financeira, transparência e responsabilidade na alocação de recursos públicos. Ao explorar as diretrizes da LRF e sua implementação em municípios do Rio Grande do Sul, este artigo oferece uma visão abrangente do papel dessa legislação na promoção de uma gestão pública mais eficiente e responsável.

Explorar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos municípios da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, ganha contornos singulares quando se lança um olhar atento através da lente do ICMS Ecológico. Este mecanismo, que valoriza práticas sustentáveis, emerge como um fator catalisador na dinâmica fiscal dessas localidades, desafiando e enriquecendo a compreensão convencional sobre responsabilidade fiscal. Ao examinar como a LRF se manifesta e se adapta diante do contexto específico da Quarta Colônia, em meio

às nuances do ICMS Ecológico, abre-se um diálogo essencial sobre a intersecção entre gestão financeira responsável e a promoção ativa da sustentabilidade ambiental.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não apenas preenche uma lacuna na Constituição Federal, mas também emerge como uma ferramenta crucial para moldar e fortalecer a administração pública. Ao estabelecer diretrizes e limites para o gerenciamento fiscal, a LRF desempenha um papel fundamental na promoção da eficiência e transparência na gestão pública. Sua principal missão é conter os gastos, garantindo assim o equilíbrio das contas públicas.

Neste contexto, este estudo se propõe a analisar a LRF como um instrumento gerencial na esfera pública, focalizando sua aplicação nos municípios da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul. O diferencial dessa abordagem reside na incorporação do ICMS Ecológico, um mecanismo que valoriza práticas sustentáveis. Essa perspectiva acrescenta complexidade e riqueza à compreensão convencional sobre responsabilidade fiscal, introduzindo um elemento catalisador na dinâmica fiscal das localidades em questão.

Ao examinar como a LRF se manifesta e se adapta diante do contexto específico da Quarta Colônia, com as discussões do ICMS Ecológico, este estudo proporciona um olhar aprofundado sobre a intersecção entre gestão financeira responsável e a promoção ativa da sustentabilidade ambiental. Destaca-se, assim, a importância de considerar não apenas os aspectos tradicionais da responsabilidade fiscal, mas também a capacidade da legislação em se adequar a desafios contemporâneos, como a busca por práticas ecologicamente sustentáveis.

Conclui-se, portanto, que a análise da aplicação da LRF nesse contexto específico não só enriquece a compreensão da legislação, mas também ressalta a necessidade de abordagens flexíveis e inovadoras para garantir uma administração pública que não apenas atenda aos critérios financeiros, mas também promova o bem-estar social e ambiental.

Referências

DE MORAES FILHO, Carlos Alberto. **Direito Financeiro esquematizado**. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2018.

Geoparque Quarta Colônia. Os Nove Municípios. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/geoparque/o-territorio/os-nove-municipios> . Acesso em: 30 out. 2023.

LEITE, Harrison. **Manual de direito financeiro**. 9ª edição. Revista atual. Salvador, 2020.

LOUREIRO, Wilson. O ICMS Ecológico na biodiversidade. **IAP–Regional de Campo Mourão**, 2001.

PADOIN, Maria Medianeira. Breve História da Quarta Colônia. Disponível em: <<https://www.geoparquequartacolonia.com.br/geoparque/o-territorio/historia-da-quarta-colonia>> . Acesso em 02 de nov. 2023.

PISCITELLI, Tathiane dos Santos. **Direito Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2021.

SCAFF, Fernando Facury; TUPIASSU, LV da C. **Tributação e políticas públicas: o ICMS ecológico**. Revista de Direito Ambiental da Amazônia. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, ano, v. 2, p. 15-36, 2004.

UHLMANN, Vivian Osmari; ROSSATO, Marivane Vestena; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Conhecimento dos gestores públicos sobre o instrumento de política pública ICMS ecológico nos municípios da quarta colônia de imigração italiana do RS. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 29, n. 2, p. 83-102, 2010.

CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A REGIÃO IMPORTA?¹

Virginia Elisabeta Etges

Doi: 10.48209/978-65-5417-177-4

Resumo: A dimensão territorial dos processos de desenvolvimento vem sendo reconhecida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Nas discussões sobre desenvolvimento regional a relevância do território destaca-se ainda mais, tendo em vista o caráter multiescalar que permeia o tema. O propósito deste artigo é problematizar o significado da dimensão do regional (particular), entendido como mediação entre o global (universal) e o local (singular), nos estudos sobre o desenvolvimento a partir de uma abordagem interpretativa e descritiva, amparada em fontes bibliográficas. Entende-se o território como uma totalidade contraditória, marcada por conflitos e tensões, em que arranjos socioespaciais particulares dão forma a regiões. A dimensão da particularidade, que se manifesta no território por meio da região, se origina de formações socioespaciais, que expressam características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais também particulares, configuradas ao longo do tempo, nas diversas porções da superfície terrestre.

Palavras-chave: Território. Formação Socioespacial. Particularidade. Região.

¹ Trabalho originalmente apresentado no V SEDRES – Inovação, Sociedade e Desenvolvimento Regional – UNITAU, 2021 e publicado na RBGDR da UNITAU em 2022 – DOI 10.54399/rbgdr.v18i1.6450

Introdução

Os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, além de constituírem-se em espaços privilegiados para a construção de referenciais teórico metodológicos para este campo do saber, têm o compromisso de aprofundar e qualificar este debate, que se reveste de importância ímpar na discussão de estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento territorial, pautado na equidade e na solidariedade.

A dimensão territorial dos processos de desenvolvimento vem sendo reconhecida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Nas discussões sobre desenvolvimento regional a relevância do território destaca-se ainda mais, tendo em vista o caráter multiescalar que permeia o tema. Reconhecer a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento requer a compreensão dos arranjos territoriais resultantes da interação entre escalas diversas: do singular - local, com o universal – global, mediado pelo particular – regional.

De modelos de interpretação abstratos e generalizantes avança-se para a compreensão do significado dos arranjos territoriais particulares, que configuram a diversidade presente no território. A dimensão da particularidade se manifesta no território por meio da região, a qual se origina de formações socioespaciais, que expressam características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais também particulares, configuradas ao longo do tempo, nas diversas porções da superfície terrestre.

Compreender a dimensão regional do desenvolvimento, portanto, requer o aprofundamento da reflexão teórico-metodológica sobre o significado do movimento entre o singular, o particular e o universal e as repercussões decorrentes desse movimento na configuração do território.

Entende-se que o território se apresenta como uma totalidade contraditória,

marcada por conflitos e tensões, em que arranjos socioespaciais particulares dão forma a regiões.

Considerando o atual contexto sociopolítico e econômico vigente no país, colocar a regionalização do território em debate significa atribuir destaque ao processo de formação do mesmo, marcado por trajetórias diversas, caracterizado pela “unidade na diversidade”, em que o Estado tem a incumbência de gerir as contradições que nele adquirem formas.

A partir do exposto procurar-se-á problematizar o significado da dimensão do regional (particular), entendido como mediação entre o global (universal) e o local (singular), nos estudos sobre o desenvolvimento, a partir de uma abordagem interpretativa e descritiva, amparada em fontes bibliográficas.

Além desta introdução, o trabalho é composto de duas partes: a primeira aborda o significado de região, buscando explicitar a origem do conceito e sua trajetória; a segunda parte busca contextualizar o significado da dimensão regional do desenvolvimento à luz de uma análise crítica.

O significado de Região

A origem do significado do conceito de região remete necessariamente a um fundamento político, de controle e gestão de um território, que remonta à Antiguidade Clássica, explicitada na relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido. O período da formação dos Estados Modernos assistiu ao renascimento das discussões em torno dos conceitos de região, nação, comunidades territoriais, diferenças espaciais, etc. Foi também neste período que um campo disciplinar especificamente geográfico começou a tomar forma, incluindo exatamente este tipo de questão e de conceitos. (GOMES, 2000).

A palavra região deriva do latim (*regere*), palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra, etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. (GOMES, 2000, p. 50).

Observa-se que a compreensão de região e de regionalização teve referências variadas. Primeiramente, as regionalizações se identificavam com a administração territorial e política. Em seguida o critério natural foi o mais relevante, entendido como critério “mais científico” de regionalização. Com a compreensão de que a natureza não é a única determinante na conformação regional, foram concebidas propostas baseadas em outros critérios, como o destaque para o econômico. (LENCIONI, 1999).

Na passagem do século XIX para o século XX dois grandes marcos de interpretação acerca do objeto de estudo da geografia se tornam marcantes. O primeiro, de autoria do geógrafo francês, Vidal de La Blache, afirmava que geografia deveria analisar e compreender a singularidade dos lugares, ou seja, compreender o único, mais do que indagar por um conceito que o definisse. Foi responsável por uma vasta obra, constituída de monografias regionais, que destacavam o caráter único de cada região. Dessa forma acabou comprometendo o status científico da disciplina na época, dando fôlego a uma nova dicotomia, entre geografia geral e geografia regional.

O impasse gerado entre uma ciência voltada para estudos gerais – ciência nomotética, e uma ciência dirigida a estudos particulares – ciência ideográfica, foi objeto de reflexão de Alfred Hettner, geógrafo alemão, que afirmou que a essência estaria no estudo da diferenciação de áreas na superfície terrestre, afirmando assim a vertente corológica da disciplina geográfica, ou seja, o estudo regional. (LENCIONI, 1999).

Apesar de La Blache e Hettner afirmarem o estudo regional, suas concepções sobre região foram diametralmente opostas. Para La Blache a região

é auto evidente e coloca-se como objeto de estudo *a priori*, em que o espaço é considerado um mosaico de regiões determinadas, cabendo ao pesquisador revelá-las e descrevê-las. Em contraposição, Hettner entendia as regiões como produto das interrelações de fenômenos que o pesquisador seleciona, conformando-se a região no final do processo de investigação. (LENCIONI, 1999).

Entretanto, a chamada geografia regional disseminada, sobretudo nos livros escolares no Brasil, foi a de La Blache, entendida como o estudo do relevo, clima, vegetação, hidrografia, povoamento, agricultura, indústria, transportes, etc, de determinada área, dando a entender aos estudantes que de fato o território brasileiro era composto de um “mosaico de regiões” singulares, autárquicas, onde umas não se relacionavam com as outras.

A crítica mais contundente a essa concepção de região foi formulada por Yves Lacoste, na década de 1970, definindo-a como um conceito obstáculo à compreensão da dinâmica do território, expressa na espacialidade diferencial.

Esse procedimento da geografia regional consiste em constatar como evidência a existência, num país, de certo número de regiões e descrevê-las, umas após as outras, ou a analisar somente uma delas no seu relevo, clima, vegetação, população, cidades, agricultura, indústria. [...] Esse procedimento impregna, hoje, todo o discurso sobre a sociedade, toda reflexão econômica, social e política [...] é um dos obstáculos capitais que impedem de colocar os problemas da espacialidade diferencial, pois admite-se, sem discussão, que só existe uma forma de dividir o espaço”. (LACOSTE, 1988, p. 61).

A maneira de recortar o espaço, *a priori*, num certo número de regiões, das quais só se deve constatar a existência, oculta todas as demais formas espaciais. Isso acarreta na consagração da região-personalidade, como um organismo coletivo ou minimização da região-personagem histórica, servindo de base para o discurso político.

Enquanto seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política, [...] os geógrafos credi-

tam na ideia de que a região é um dado quase eterno, produto da geologia e da história. Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar a ideia de região. [...] Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, geológico, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais. (LACOSTE, 1988, p. 66)

Essa forma de regionalização e percepção do espaço, segundo Lacoste, torna-se um obstáculo ao conhecimento como instrumento de ação, pois se as condições espaciais são dadas, não há muito que fazer. Os fenômenos que podem ser isolados pelo pensamento não se ordenam espacialmente em grandes compartimentos mas, ao contrário, se superpõem de maneira bastante complexa, o que o autor entende como espacialidade diferencial. Por isso é importante considerar as múltiplas intersecções entre as configurações precisas dos fenômenos para se poder agir estrategicamente facilitando, inclusive, evitar àqueles aspectos que podem se constituir em obstáculos à ação que se pretende empreender. (ETGES; FEGER, 2013).

Ainda em meados do século XX, a crítica à geografia tradicional fez surgir um movimento de renovação da disciplina, por meio da chamada Geografia Pragmática ou Teorética e da Geografia Crítica ou Radical.

De matiz neopositivista, voltada à formulação de modelos explicativos da realidade generalizáveis, a Geografia Pragmática tinha sua ênfase nas relações espaciais e no uso dos métodos estatísticos, o que levou ao declínio da importância dos estudos regionais. À região é reservado um caráter de classificação, agrupamento, subsidiado por técnicas estatísticas sofisticadas de laboratório e por uma linguagem amparada em grandes teorias e, por conseguinte, distante do trabalho de campo.

Neste contexto surge a possibilidade de classificar as regiões em homogêneas, funcionais ou polarizadas, entendidas como unidades cristalizadas no tempo e no espaço.

Já perspectiva crítica trouxe grandes contribuições à Geografia, sepultando a ideia de neutralidade da ciência e introduzindo novas categorias para o estudo regional.

A dimensão regional do desenvolvimento

Com o surgimento de correntes críticas de base marxista e fenomenológica, a partir dos anos 1970, novas concepções de geografia regional surgem, como a que entende a região como parte de uma totalidade:

A diferença agora residia no fato de que a totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. Estava visível que esta não se constituía numa totalidade harmônica porque a preocupação, naquele momento, em denunciar as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo revelava os limites da compreensão do mundo como um todo não harmônico. (LENCIONI, 1999, p. 196)

Nesta perspectiva teórico-metodológica, destaca-se a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, como sínteses de múltiplas determinações, instituídas no transcurso histórico, e que se formam e transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza. (PASQUALINI; MARTINS, 2015).

Lukács (1967) propõe que, para uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade, devem ser explicitados os nexos existentes entre as dimensões singular, particular e universal dos fenômenos, tendo em vista a apreensão dos fenômenos para além de sua aparência imediata, em direção à essencialidade concreta.

Nesse contexto, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua manifestação sensível, não se revelando de modo imediato, mas sim pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais.

Na lógica dialética a mediação não é pensada como produto ou resultado, nem como soma, homogeneização ou equilíbrio. A mediação deve ser pensada como processo, que tem por referência a diferença, a heterogeneidade e o desequilíbrio. (ALMEIDA, 2001).

A categoria mediação é fundamental por estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. A totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações recíprocas que se modificam constantemente. (MASSOM, 2012).

Para compreender a região como parte de uma totalidade social, torna-se imprescindível o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. A sua compreensão, num dado período histórico, pressupõe a compreensão do desenvolvimento do conjunto dessa época.

A contribuição de Milton Santos (1977) para a análise geográfica marxista ou para a dialética espacial aparece com o conceito formação socioespacial, adaptado da categoria formação econômico-social. (BESSA, 2010)

Para Sereni (1974, apud SANTOS, 1977), a formação econômico-social expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade do seu desenvolvimento histórico.

Não é à sociedade em geral que o conceito se refere, mas a uma sociedade dada, a tipos históricos definidos de sociedade. Isso significa que não há uma sociedade em geral, mas que uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa do seu tempo. (SANTOS, 1977)

Tal conceito é crucial para a análise geográfica e, do mesmo modo, para o entendimento dos processos de diferenciação espacial, especialmente em escalas particulares. (CORRÊA, 1997).

A formação social é uma particularidade espaço-temporal de um determinado modo de produção, quer dizer, é uma combinação particular e relacional de uma ordem temporal e de uma ordem espacial de um dado modo de produção dominante.

Esse conceito explicita que uma sociedade só se torna concreta por meio do espaço que ela própria produz e que este só se torna inteligível por intermédio dessa sociedade, sendo, portanto, uma instância e um dado constitutivo do mesmo. “Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”, como preceitua Santos (1977, p. 87).

De acordo com Correa (1997), a diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como de processos sociais, constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região. Mas a diferenciação de áreas não está associada à ideia de singularidade, que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, e sim à ideia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal). Citando Lukács (1967), afirma que a particularidade, com relação ao singular, representa uma universalidade relativa e, com relação ao universal, uma singularidade relativa, e conclui que a particularidade se traduz, no plano espacial, na região.

Ambas, lógicas universais e singulares, passam a refletir combinações particulares que, ao se concretizarem, o fazem de modo distinto, criando e sustentando as diversidades. É assim que as forças universais se defrontam com as resistências da formação socioespacial. Essa é a dialética em questão, que se constrói por meio do confronto e da síntese entre essas racionalidades, nas

quais a ação universalizante passa pela incontestada mediação das formações socioespaciais.

Trata-se de uma dialética caracterizada por continuidades, descontinuidades e rupturas, posto que o contato entre lógicas universais e lógicas singulares, por vezes convergentes, por vezes divergentes, ou pela co-presença de ambos os processos, produz particularidades, cujas combinações são igualmente únicas.

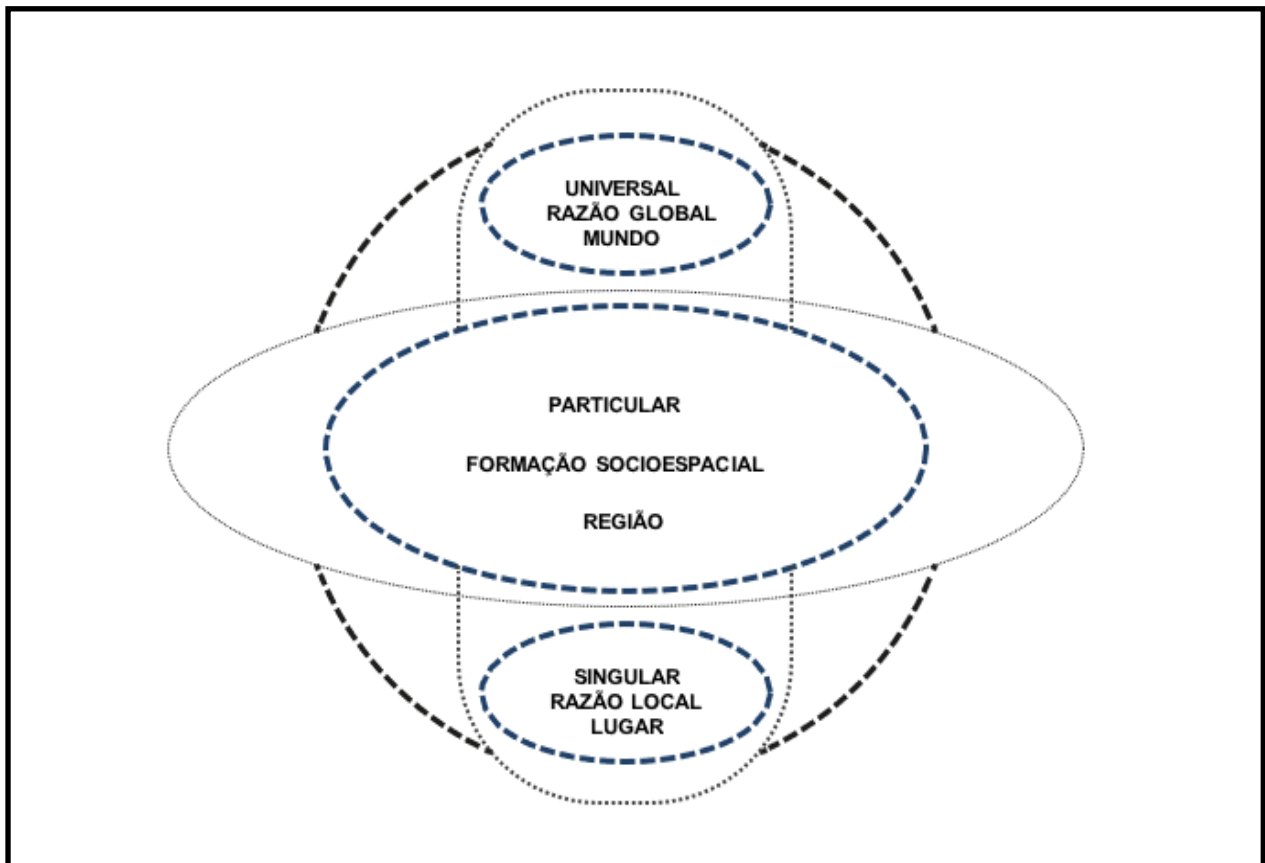
Em condições histórico-geográficas específicas, a tendência à homogeneização é sempre afetada pela mediação antagônica da formação socioespacial. Essa mediação impõe uma heterogeneidade. Dessa maneira, a universalização dos processos é acompanhada, inversamente, pela singularização e particularização, implicando uma diferenciação. (BESSA, 2010)

Segundo Santos (1977), em tempos de globalização, com um modo de produção que tende a ser único, o espaço geográfico seria homogeneizado ou uniformizado por intermédio da ação de uma unicidade técnica, que se orienta no plano do universal. Todavia isso não ocorre, pois a ação deste modo de produção, tendencialmente único, passa pela mediação das formações espaciais, que está situada no plano da particularidade. As formações socioespaciais, como etapas de um processo histórico, referem-se à evolução diferencial das sociedades, isto é, expressam a diferenciação espacial e, por conseguinte, são dados fundamentais para explicar por que países e regiões se diferenciam uns dos outros.

Oliveira (2019) afirma a relevância da formação socioespacial enquanto uma importante noção para pensar a região, e mesmo de interpretá-la ao nível de uma formação socioespacial, tendo em vista o fato de ambas desempenharem uma espécie de mediação entre processos gerais e processos específicos, singulares, traduzidos no plano espacial sob a forma da particularização de

múltiplos vetores e arranjos; processo que, como parte do movimento dialético, também pode suscitar contra racionalidades à ação hegemônica da globalização perversa, de que fala Santos (2000).

Figura 1 - O movimento dialético do universal ao singular e seu “campo de mediações”



Fonte: Oliveira; Trindade Jr.; Leite, 2018. Adaptado pela autora.

Limonad (2015), ao lançar a pergunta: regionalizar para que? Para quem? afirma que uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender a necessidades impostas por uma política setorial, uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade a que se propõem a atender.

Poder-se-ia dizer, então, que a região seria uma resultante da construção histórica desta complexa coerência, construída a partir da dialética articulação

(enfrentamento) de distintos processos sociais, que tende a conferir características particulares a um determinado espaço social, e a expressar os distintos interesses dos agentes e atores sociais envolvidos. (Limonad, 2015, p. 57)

A região constrói-se, portanto, a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um reatamento em práticas e processos socioespaciais histórica e geograficamente localizados, o que permite a Silveira (1999) salientar que o local e o global se afirmam e se negam dialeticamente na região. (Limonad, 2015, 60)

Considerações Finais

Por meio do embasamento teórico e das informações coletadas e sistematizadas, realizou-se uma análise teórico-crítica, alicerçada em informações qualitativas, para então realizar a descrição concisa das múltiplas relações, mediações e contradições (sincrônicas e diacrônicas) existentes entre as partes que constituem o processo de construção, desconstrução e reconstrução dos conceitos analisados.

É fundamental compreender que a promoção do desenvolvimento regional significa, acima de tudo, reconhecer a diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento, e não o contrário.

Conclui-se que uma determinada região é parte de uma totalidade social, por isso é importante o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. A sua compreensão num dado período histórico pressupõe a compreensão do desenvolvimento do conjunto dessa época.

Referências

ALMEIDA, José L.V. **Tá na rua**: representações da prática dos educadores de rua. São Paulo: Xamã, 2001.

BESSA, Kelly. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da Geografia. **Mercator**, volume 9, número 20, set./dez. 2010.

CORREA, Roberto L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ETGES, Virginia E.; FEGER, José E. Espacialidade Diferencial, Região e Regionalização - a contribuição de Yves Lacoste. In: SILVEIRA, Rogerio L. L. (Org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processo, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMONAD, Ester. Brasil Séc. XXI – Regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E. HAESBAERT, R. MOREIRA, R. (Org.) **Brasil, Século XXI** – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou Marxismo**. Editora Senzala, 1967.

MASSOM, Gisele. **As contribuições do método Materialista Histórico e Dialético para a pesquisa sobre Políticas Educacionais**. Anais IX ANPED Sul, 2012.

OLIVEIRA, Helbert M. Pampolha de. Região, particularidade e formação socioespacial: pensando a Amazônia na obra de Milton Santos. Paper do NAEA, v. 28, n. 2, 2019.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n.54, p.81-99, jun.1977.

_____. **Por uma outra Globalização** – Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. Revista **Território**, ano IV, n. 16, jan./jun. 1999.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Márcio Balbino Cavalcante

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba - PPGG/UFPB, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2010-2012), Especialista em Ciências Ambientais pelas Faculdades Integradas de Patos - UNIFIP (2005-2006), Graduado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (2001-2005). Professor de Geografia da Rede Pública do Estado da Paraíba e da Rede Municipal de Educação de João Pessoa - PB. Pesquisador colaborador dos Grupos de Pesquisa: Terra - Grupo de Pesquisa Urbana, Rural e Ambiental (UEPB/CNPq); Grupo de Pesquisa GeodiversidadePB (UFPB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Ensino e Geografia (GEPEEG) da UERN.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6144-4399>

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/ PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio Grande do Sul.

Vanessa Manfio

Possui Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestrado em Geografia, também pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS com estágio de Doutorado Sanduíche na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), edital n 19/2016. Além disso, trabalhou como tutora no curso de Geografia Licenciatura à Distância da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância - REGESD/ Universidade Federal de Santa Maria, exerceu o magistério na rede estadual entre 2011 e 2014 e professora Substituta de Geografia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Ibirubá - RS. Foi também membro do Grupo de pesquisas Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é pesquisadora membro do grupo de pesquisa Mikripoli: Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades, Professora de Geografia da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cândida Zasso, da Rede Municipal de Nova Palma-RS e Pós-Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria. Área de Pesquisa: Geografia Humana, ênfase em estudos: urbanos, agrários, culturais, econômicos e ensino de geografia.

Edimar Rodrigo Rossetto

Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Marçal Cândido Rondon/PR (2012). Mestrado em Geografia, Linha de Pesquisa: Educação e Ensino de Geografia pela UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão/PR (2015). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, campus de Santa Maria/RS (2020). Trabalha com os seguintes temas: Geografia Agrária, Ensino de Geografia, Educação do Campo. Vinculado ao Laboratório de Ensino de Geografia - LEG e ao Grupo e Linha de Pesquisa de Ensino e Práticas de Geografia - ENGEO. Tem vínculo com o Grupo de Pesquisa e Estudo em Geografia Agrária, Epistemologia e Ensino - GPEGAE da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Participa também do Grupo de Pesquisa em Educação e Território - GPET / UFSM. Vínculo Profissional Atual: Professor de Geografia efetivo, vinculado a Prefeitura Municipal de Chapecó/SC.

SOBRE OS AUTORES

Aline Alves de Oliveira

UFF; Mestra; Crato, Ceará, Brasil. E-mail: aline.alves@urca.br

Bianca da Silva Trindade

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/ UNISC, Mestre em Turismo e Hospitalidade/UCS, Turismóloga.

E-mail: biancat.turismo@gmail.com

Gabriel Militz

Graduando em Direito na Faculdade Antonio Meneghetti.

Helcio de Medeiros Junior

Economista e pesquisador científico aposentado do Instituto Pereira Passos, doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR) com pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano (Unifacs), e pesquisador científico do Grupo de estudos da economia regional e urbana (Gerurb/CNPq).

E-mail: hmedeirosjunior@gmail.com

Thaís Gomes Torres

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia/ UFSM, Professora/ FURG- SVP. E-mail: thaisturis@gmail.com

Vonia Engel

Economista, Especialista em Gestão Empresarial. Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutora em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Coordenadora do grupo de pesquisa Hard Case encontro entre a Administração e a Ontopsicologia. Professora da Antônio Meneghetti Faculdade.

Virginia Elisabeta Etges

Doutora em Geografia, Docente e Pesquisadora do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC e Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

PESQUISAS E DEBATES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

POLÍTICA, PLANEJAMENTO E ECONOMIA

www.arcoeditores.com

contato@arcoeditores.com

(55)99723-4952

